



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS  
BACHARELADO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

MARIA ALANYA DA COSTA OLIVEIRA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA IGREJA CATÓLICA EM  
UIRAÚNA, PB**

PAU DOS FERROS – RN  
MAIO, 2017

MARIA ALANYA DA COSTA OLIVEIRA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA IGREJA CATÓLICA EM  
UIRAÚNA, PB**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Curso Ciência e Tecnologia, da Universidade Federal Rural do Semiárido como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciência e Tecnologia.

Orientador: Prof. Msc. Antonio Carlos Leite Barbosa (UFERSA – Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros)

PAU DOS FERROS – RN  
MAIO, 2017

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

0048p Oliveira, Maria Alanya da Costa.  
A produção do espaço urbano pela igreja católica  
em Uiraúna, PB / Maria Alanya da Costa Oliveira. -  
2017.  
59 f. : il.

Orientador: Antonio Carlos Leite Barbosa.  
Monografia (graduação) - Universidade Federal  
Rural do Semi-árido, Curso de Ciência e  
Tecnologia, 2017.

1. Cidades. 2. Igreja Católica. 3. Sesmarias.  
4. Terras urbanas. I. Leite Barbosa, Antonio  
Carlos, orient. II. Título.

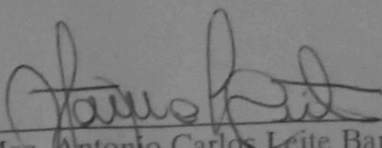
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS

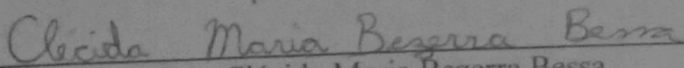
**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA IGREJA CATÓLICA EM  
UIRAÚNA, PB**

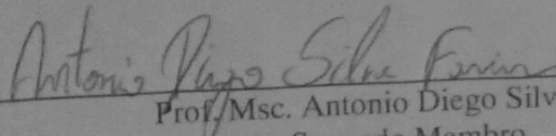
Monografia apresentada a Banca Examinadora do Curso Ciência e Tecnologia, da Universidade Federal Rural do Semiárido como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciência e Tecnologia.

APROVADA EM: 19/05/2017

BANCA EXAMINADORA:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Msc. Antonio Carlos Leite Barbosa  
Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dra. Clécida Maria Bezerra Bessa  
Primeiro Membro

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Msc. Antonio Diego Silva Farias  
Segundo Membro

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais *Ana Leonor da Costa* e *Manoel Quintélio de Oliveira* e meus demais familiares que sempre me incentivaram a busca pelo conhecimento.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao DEUS, o criador, responsável pela minha existência, pela sua presença constante em meu viver, sem Ele não teria conseguido chegar até aqui, sou grata por todos os livramentos durante o trajeto percorrido no dia a dia, pela saúde e pela oportunidade de ter começado e agora está terminando mais este capítulo na história da minha vida.

Agradeço aos meus pais *Ana Leonor da Costa* e *Manoel Quintélio de Oliveira* pela paciência com que lidava diante dos momentos estressantes dessa vida, pelas palavras de incentivo e apoio as quais foram imprescindível para chegar até aqui.

Não poderia esquecer a minha gratidão a todos os meus familiares, tios, primos, sobrinhos, irmãos, tanto de perto quanto de longe, por todo apoio e incentivo, em especial a minha prima *Francisca Queiroga* que me motivou a não desistir do curso mediante a dificuldade em algumas disciplinas que pra mim pareciam impossível de enfrentar, me encorajando de forma especial, obrigada prima.

Aos meus primos *Talison Fernandes* e *Tassio Fernandes* que me proporcionou estadia diante da necessidade em permanecer diversas vezes na cidade de Pau dos Ferros, pelas caronas e pela ajuda nos trabalhos acadêmicos. A minha prima *Gracinha Fernandes* que mesmo tão longe sempre estava presente virtualmente me apoiando em tudo, obrigada.

A todos os meus amigos, especialmente para minha amiga *Noely Menezes* que me ajudou nas leituras e correções de trabalhos acadêmico, pelas intercessões nos momentos de aflição, pelas palavras de apoio e por também por compartilhar suas experiências acadêmicas, que foram imprescindíveis.

Há uma expressão bíblica que diz: “Quem tem muitos amigos pode chegar a ruína, mais existe amigo mais chegado que um irmão”, sendo assim quero expressar minha gratidão ao meu amigo-irmão *Marcos Sueudy* que mesmo distante e diante de tantas ocupações sempre reservou um tempo para me ouvir e aconselhar.

Quero externar minha gratidão também aos meus colegas ufersianos que sempre me socorreram nos momentos de dúvidas, como também pela tolerância diante da minha ausência nos trabalhos em grupo. Especialmente aos colegas *Daniela Freitas* por disponibilizar sua residência como ponto de apoio diante da necessidade de permanência na cidade de Pau dos Ferros, a *Ruana Rafaela* e *Alfredo Torres* pela ajuda nos trabalhos, foram tantos ombros amigos que não dá pra citar todos individualmente.

Agradeço também ao senhor *Herleson Almeida* que cedeu o drone para a captação das imagens aérea do município de Uiraúna, como também ao colega *Paulo* pela disponibilidade e companhia na realização desse trabalho.

Não poderia deixar de agradecer também a senhora *Maria Eliete de Oliveira Santos*, secretária da igreja pela atenção durante as visitas na secretaria paroquial, como também ao senhor *Padre Cleides Domingo Claudino* pela autorização aos registros da igreja através do livro de Tombo e por algumas conversas esclarecedora sobre a relação da igreja e formação do município.

E por fim, agradeço aos meus professores pelo conhecimento compartilhado tanto em sala de aula como também fora dela, aqueles que ao longo dos dias se tornaram muito que mais educadores, se tornaram amigos, ao meu orientador *Msc. Antonio Leite* pela compreensão em todos os momentos e por ter aceitado me orientar num momento tão importante da minha vida acadêmica, e aos professores que aceitaram fazer parte da banca de defesa *Dr<sup>a</sup> Clécida Bessa* e *Msc. Antonio Diego Silva Farias*, obrigado não só por esse momento mais por ter contribuído também durante a caminhada acadêmica como meus professores.

“Pois quando a sabedoria entrar no teu coração,  
e o conhecimento for agradável à tua alma, o  
bom siso te guardará e a inteligência te  
conservará”.

**Rei Salomão - Bíblia Sagrada**



## RESUMO

A presença da Igreja católica no Brasil enquanto colônia destacou-se não somente no campo religioso, mas no político, social e urbano, servindo como referência paisagística nas cidades coloniais, como também responsável pela fundação de vilas e povoados, como é o caso de alguns municípios do sertão paraibano. Este trabalho teve como objetivo entender como a Igreja Católica interferiu no processo de desenvolvimento urbano na cidade em questão uma vez que foi em torno dela que o município floresceu e se desenvolveu, analisando e mapeando o parcelamento do solo e extensão de terras urbanas eclesiásticas que ainda perduram até os dias atuais na conformação do espaço. Com o sistema de sesmarias, onde terras eram doadas com fins de ocupação e exploração, a igreja foi fundamental na atração de pessoas para seus arredores. Com isso, a localização desses terrenos deu condições à Igreja em decidir sobre o desenvolvimento de pequenas vilas, predominantemente em seu entorno tornando-se posteriormente os centros das cidades. No município de Uiraúna isso não foi diferente, a cidade nasceu e cresceu ao redor da pequena capela, onde as doações de terras abriu os caminhos para a expansão urbana sobretudo pelo caráter ideológico e dominante da fé católica. A metodologia utilizada foi dividida em: a) Levantamento bibliográfico, busca de fotografias antigas e mapas. b) Pesquisa documental, coleta de documentos oficiais adquirido na secretaria paroquial. c) Estudo de campo, observação da paisagem para verificar os vestígios de tempos passados e a relação com o traçado urbano. Segundo a história oralizada pelos habitantes mais antigos, pelo pároco local, assim como pelos próprios registros eclesiásticos, constatou-se que o povoado de Uiraúna, surgiu a partir da elevação de uma capela construída em um terreno doado por um fazendeiro local. Não foi possível identificar a data em que o povoado foi elevado a vila, mas foi em 1953 que o interesse político administrativo de um chefe político, junto com a contribuição de um deputado estadual, conseguiram elevar a vila à cidade de Uiraúna. Portanto, espera-se que esse trabalho tenha contribuído ao estudo das cidades pequenas no que se refere a produção do espaço urbano, e que outras temáticas possa surgir de forma a aprofundar mais esse elemento histórico.

**Palavras-chave:** Cidades, Igreja católica, Sesmarias, Terras urbanas.

## ABSTRACT

The presence of the Catholic Church in Brazil as a colony stood out not only in the religious, but also in the political, social and urban areas, serving as a landscape reference in colonial cities and as responsible for the founding of towns and villages, as is the case in some municipalities From the backlands of Paraíba. This work had as objective to understand how the Catholic Church interfered in the process of urban development in the city in question since it was around her that the municipality flourished and developed, analyzing and mapping the parceling of the soil and extension of urban ecclesiastical lands that still Remain until the present day in the conformation of space. With the system of sesmarias, where lands were donated for purposes of occupation and exploration, the church was instrumental in attracting people to its surroundings. With this, the location of these lands gave conditions to the Church in deciding on the development of small villages, predominantly in its surroundings becoming later the centers of the cities. In the municipality of Uiraúna this was no different, the city was born and grew up around the small chapel, where donations of land paved the way for urban expansion mainly because of the ideological and dominant character of the Catholic faith. The methodology used was divided into: a) Bibliographic survey, search of old photographs and maps. B) Documentary research, collection of official documents acquired in the parish secretariat. C) Field study, observation of the landscape to verify the vestiges of past times and the relation with the urban layout. According to the history of the ancient inhabitants, by the local parish priest, as well as by the ecclesiastical records itself, it was found that the village of Uiraúna came from the elevation of a chapel built on land donated by a local farmer. It was not possible to identify the date when the town was elevated to the village, but it was in 1953 that the administrative political interest of a political chief, along with the contribution of a state deputy, managed to elevate the village to the city of Uiraúna. Therefore, it is hoped that this work contributed to the study of small cities in relation to the production of the Uranian space, and that other themes may arise in order to further deepen this historical element.

Keywords: Cities, Catholic Church, Sesmarias, Urban land.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Alguns patrimônios da Igreja.....	33
<b>Figura 2</b> – Mapa do Vale Rio do Peixe.....	35
<b>Figura 3</b> – Mapa com 4 Capitânicas, sendo uma delas a da Paraíba (em destaque).....	36
<b>Figura 4</b> – Estátua do Pe. França.....	37
<b>Figura 5</b> – Vista aérea do centro, incluindo as primeiras ruas de Uiraúna.....	41
<b>Figura 6</b> – Patrimônio aproximado da Igreja Católica em Uiraúna/PB.....	44

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> – Quantidade de terrenos aforados pela igreja.....	45
<b>Tabela 02</b> – Outros patrimônios da igreja.....	46

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- SI Sistema Internacional de unidades de medidas.
- Mons (Monsenhor) Título eclesiástico de honra conferido pelo Papa a sacerdotes da Igreja Católica.
- Sec Século
- Pe (Padre) Título eclesiástico concedido a alguém que recebeu ordenação sacerdotal da igreja católica.
- D (Dom) Título eclesiástico conferido aos membros do clero da igreja católica.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....</b>	<b>17</b>
2.1 AGENTES MODELADORES.....	18
2.2 SISTEMA SESMARIAL.....	20
2.3 IGREJA COMO AGENTE MODELADOR DO ESPAÇO.....	23
<b>3 A IGREJA CATÓLICA E A RELAÇÃO COM AS CIDADES DO NORDESTE.....</b>	<b>27</b>
3.1 O PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO DA IGREJA CATÓLICA DO PERÍODO COLONIAL AO SÉC. XXI.....	30
<b>4 PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>34</b>
<b>5 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA IGREJA CATÓLICA EM UIRAÚNA, PB.....</b>	<b>36</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>49</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Embora a palavra igreja remeta a religiosidade a parceria da Igreja Católica com a coroa portuguesa no período colonial fez com que a atuação dela fosse muito além, permitindo atuar também nos campos político, social e principalmente na produção do espaço urbano, sendo apontada como a principal responsável pela fundação das cidades coloniais como é o caso de alguns municípios do alto sertão paraibano.

A relação entre a Igreja e o Estado acarretou formas espaciais específicas para as cidades, neste sentido, a capela construída por sesmeiros ou religiosos que pregavam pela região, seria o elemento central dos primeiros povoados, sendo portanto o edifício mais importante e imponente do lugarejo, que com os casebres ao seu redor se estabeleciam como a principal característica na formação dos primeiros povoados, vilas e cidades. Geralmente a partir do terreno doado como patrimônio se ergueram às primeiras casas, fazendo surgir posteriormente à praça, que aos poucos, foi delineando o traçado das primeiras ruas, constituindo-se o templo como o eixo simbólico da povoação.

Este trabalho preocupa-se inicialmente com o estudo das características urbana do município de Uiraúna, PB no período colonial, onde a presença dos símbolos religiosos ultrapassa a história, trazendo a tona algumas dúvidas a respeito da origem, delimitações e desenho urbano, como por exemplo porque as ruas mais antigas localizam-se adjacentes a Igreja e fica praticamente no centro? Porque alguns moradores ocupantes dessas casas mais antigas ainda hoje pagam a Igreja Católica algumas taxas pela ocupação de terrenos que segundo registros paroquial e do cartório local pertence a Igreja? Essas perguntas ultrapassa o tempo e gerações, e continua ainda para muitos, sem resposta.

Diante disso, a pesquisa tem como objetivo geral, entender como a Igreja Católica interferiu no processo de desenvolvimento urbano na cidade em questão uma vez que foi em torno dela que o município floresceu e se desenvolveu, analisando e mapeando o parcelamento do solo e extensão de terras urbanas eclesiásticas que ainda perduram até os dias atuais na conformação do espaço. Por sua vez, os específicos são compreender a atuação da Igreja Católica no processo de formação das cidades do sertão paraibano, estudar a formação espacial do município de Uiraúna a partir da fundação da Igreja Católica local e por fim fazer um levantamento histórico do patrimônio fundiário eclesiástico que constituíram o município de Uiraúna, PB, fazendo portanto uma breve explanação da produção do espaço urbano no município supradito, no sertão paraibano no século XIX, época em que registros históricos

ultramarinos revelaram que a relação da Igreja e cidades foram elementos chaves para o entendimento dos agentes fundiários no contexto brasileiro.

A pesquisa que constitui este trabalho está fundamentada em levantamento documental, a qual terá contribuições de alguns autores como MARX (1991), SOBARZO (1994), PANIAGO (2011), FIALHO (2010), AZEVEDO (1966), FRIDMAN e MACEDO (2006), (SALGADO e PICCINATO Jr (2012), CORRÊA (1991), SPOSITO (1997), e VASCONCELOS (2001), servindo de suporte da apreensão do espaço como uma rede de relações e jogo de interesses distintos.

Segundo Oliveira et al (2016), a história de Uiraúna está relacionada com o desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar no litoral paraibano. Devido à concorrência com as Antilhas, a pecuária extensiva tornou-se a base econômica do sertão, favorecendo sua ocupação com a criação de rotas e feiras de gado. Outro fator importante para a sua colonização foi o espírito expansionista da família D'ávilla que de acordo com Melo e Gonzaga (1993) fixaram seus domínios às terras banhadas pelo Rio do Peixe como os municípios de Sousa, São João do Rio do Peixe e Uiraúna, os quais provinham da Casa da Torre na Bahia e exploraram grande parte do Nordeste brasileiro com o intuito de acumular capitais através da pecuária e da agricultura.

As doações de sesmarias na província começaram por volta de 1840 com a chegada dos primeiros pecuaristas e desbravadores, nesta época, os Alferes Alexandre Moreira Pinto e João Nunes Leitão, os quais receberam a doação de um vasto território que abrangia também as terras hoje pertencentes ao espaço citadino supradito.

Nesse período vigorava o sistema de sesmarias, onde terras eram doadas com fins de ocupação e exploração. Uma característica especial recaí sobre as ordens religiosas, que conseguiam acumular um grande patrimônio de terras e imóveis através das doações de fieis motivados pelo espírito religioso e como forma de pagamento por determinados serviços como celebração de missas, enterros de entes queridos nas igrejas entre outros se confluindo em agentes econômicos e determinantes no parcelamento do solo urbano e conformação das cidades.

Com efeito, entende-se a exemplo de Uiraúna, que as doações de terras no entorno dos núcleos urbanos abriram os caminhos da expansão urbana, através dos serviços pastoris, religiosos, e, sobretudo pelo caráter ideológico e dominante da fé católica ao longo da historiografia urbana.



O trabalho em questão está dividido em 2 (dois) capítulos, o primeiro intitulado “Produção do Espaço Urbano”, tem como objetivo mostrar os principais agentes dessa produção, a exemplo da freguesia, principal aliado dos donos da terra – a coroa portuguesa – como também o sistema de sesmarias que através de doações de terras para aqueles que descobrisse novas terras e fixasse nela morada a fim de assegurar as terras contra invasões estrangeiras, conseguiu atrair fazendeiros e outros povos revelando assim seu papel de forma ímpar na fundação e conformação do espaço.

O capítulo dois que tem por título “A igreja católica e a relação com as cidades do Nordeste” faz uma análise através de dados históricos de forma geral como também do próprio local de estudo, onde foi possível descobrir uma relação intrínseca do surgimento do município através da construção de uma capela sendo adjacente às principais ruas que revelam o traçado inicial da cidade. Inclui-se nesse capítulo também o patrimônio fundiário da igreja católica do período colonial ao séc. XXI que discorrerá como o próprio nome revela, o ganho que a igreja teve como aliada do estado português para conquista de terras de forma a ser considerada não apenas como fator primordial do surgimento dos municípios, mas como maior latifundiário dessas terras, cujo patrimônio foi adquirido por doações de terras pelo estado como também por fieis devotos.

Além disso, será abordado um pouco da história emancipatória do município, e o papel da freguesia local no surgimento e desenvolvimento da cidade, buscando entender como surgiu todo o patrimônio fundiário adquirida pela igreja local, sendo motivo de muitos questionamentos ainda hoje tanto sobre a historicidade quanto a cobrança de taxas coloniais pagas pelos ocupantes das terras eclesiásticas a qual gera uma fonte de riqueza que mantém a igreja como a maior latifundiária do município.

A convivência na cidade pequena e a relação conflituosa de alguns ocupantes das terras eclesiásticas junto a Igreja, na qual foi possível presenciar uma situação em particular a partir de uma venda de uma casa deixada como herança aos seus entes familiares, despertou o interesse pela pesquisa. Portanto, esse trabalho tornou-se relevante para aprofundar os conhecimentos sobre a geografia histórica de um núcleo de pequeno porte cujas mudanças levaram ao surgimento do modesto município de Uiraúna, PB. Sendo de importante relevância refletir sobre a geografia histórica de povoados, vilas e cidades no interior do Nordeste e sobre os recursos metodológicos usados para estudar esses espaços em tempos passado.

## 2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Na primeira metade do século XVIII pôde-se considerar que a paisagem urbana estava vinculada a presença dos religiosos uma vez que a igreja era possuidora de boa parte das terras existentes e considerada também como um agente econômico por meio do sistema de sesmarias. O poder da Igreja atingia a colônia em todos os níveis funcionando como instrumento de controle social, cuja ação encontrava eco no fato de que a condição social do indivíduo implicava de maneira necessária no “ser cristão” sendo assim, a obediência aos preceitos religiosos era conseguida através de medidas como a exclusão do indivíduo por meio da excomunhão e a exposição dos pecadores para a reprovação pública, garantindo assim a congregação da população em torno das normas ditadas pela igreja.

A freguesia não somente cuidava dos aspectos religiosos, mais era também a instituição que realizava, através de seus livros de notas, funções administrativas como *registros de nascimentos, casamentos e óbitos, de testamentos e de posses de terras*<sup>1</sup>, além de todas essas funções exercidas, a igreja também teve um papel imprescindível na expansão e conformação do chão de suas cidades devido o patrimônio fundiário e imobiliário adquirido através de doações de famílias nobres ou das doações de fiéis.

O folclorista cearense Gustavo Barroso ao analisar as fases do nascimento, crescimento e formação das cidades nos vastos sertões cearenses em seu texto *Sombra da cruz*, estabeleceu a Igreja como elemento antecipador das políticas metropolitanas à colônia, fundando os primeiros espaços de sociabilidade no interior da província. Com efeito, apresentou esse processo de respostas aos elementos fundadores dos espaços urbanos sertanejos, evidenciando portanto a Igreja como instituição relevante na fundação das cidades do interior do Nordeste.

Concomitantemente, Soares e Silva e Fortunado Linhares (1922), em *Notas para a história de Sobral*, relevaram que, muitas das cidades modernas tiveram origem humilde na existência de uma capela em fazendas de criação de gados de ricos proprietários, onde em determinadas épocas do ano reuniam-se em grandes massas, famílias das serras ou dos sertões, para assistirem as festividades religiosas e receberem os sacramentos da Igreja, com esse movimento se efetivou um marco dinamizador dos primeiros aglomerados humanos nos sertões cearenses, onde a quantidade e qualidade desses templos estavam intimamente ligadas ao

---

<sup>1</sup> Informações que constam no livro de Tombo, na secretaria paroquial local. Acesso em: 10 abr. 2017

número populacional desses povoados, por conseguinte, a importância destes, repercutindo ao seu incremento, sendo importantes fatores de aspiração à condição de vila.

Sendo assim, a Igreja Católica como instituição, guardiã dessa memória por excelência, respaldou-se na recordação de fatos históricos que ficaram não só na lembrança ao longo dos tempos, mas na própria história da cidade. E é possível ver que, mesmo com as transformações eminentes auferidas pelo processo de secularização, os símbolos da religiosidade representada pelos santuários, capelas, entre outros, estão muito presentes na paisagem urbana das cidades do interior nordestino, inclusive no município de Uiraúna, PB.

Para se produzir o espaço, é necessário a ação de alguns agentes, trazendo para o período colonial esses agente se configuram em três, os quais segundo Barbosa et al (2017) são, o estado, que era representado pela coroa, o sistema sesmarial através dos proprietários rurais, e principalmente a Igreja subdividida em clero secular, regular e ordens leigas, cada qual com funções hierárquicas distintas mas com objetivo em comum, a organização do sistema eclesiástico no Brasil colonial e a constituição do patrimônio conquistado ao longo da história urbana brasileira.

## 2.1 Agentes modeladores

O estudo da cidade agrega em particular uma estrutura de múltiplas relações espaço-temporais que pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas, podendo ser abordado a partir da percepção que seus habitantes tem do espaço urbano e suas partes. Pode-se dizer que o espaço urbano é o conjunto de diferentes usos da terra justapostas entre si cujos usos definem o centro das cidades, áreas residenciais, de serviços entre outras. Em termos gerais o espaço urbano segundo Côrrea, (1995) é um conjunto de símbolos, campo e lutas, fragmentado e articulado segundo um condicionante social.

Assim como os objetos precisam de um produtor para que possa se materializar, as cidades também surgiram a partir das ações de alguns agentes, mais quem seriam esses agentes reprodutores dessas terras? Conforme relata Côrrea (1995) seriam os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

O estudo da produção do espaço urbano na perspectiva histórica, perpassa pelo entendimento da dinâmica social de uma determinada configuração espacial. Segundo Andrade (2013), o exercício não segue, porém um padrão uniforme no tempo ou espaço, podendo ser agrupado segundo suas especificidades com suas relações de poder, acreditando-se que para

cada tempo-espaço há uma necessidade de qualificação dos agentes e quanto mais precisa for a apreensão dos seus interesses, mais amplo será o entendimento sobre a configuração espacial decorrente de suas ações.

Isso recai no fato de que dentre os agentes modeladores do espaço, vislumbram-se categorias ou tipos ideais, dentro de parâmetros socioespaciais, cultural e político distintos, o qual reforça a ideia de que a partir do campo de ação destes, o espaço é produzido e reproduzido obedecendo a critérios lógicos capitalistas sempre com vistas as diferenças socioespaciais.

Côrrea (1995) ainda argumenta que todos eles, com exceção do Estado, são postos no espaço na forma pura a exemplo, os grandes proprietários de terras e especuladores imobiliários à espera da valorização no mercado tendo em vista a demanda por terras e imóveis. Importa destacar que pela dimensão de suas atividades, estes agentes, são demasiadamente consumidores de espaço, adquirindo por vezes, áreas ou porções de terras a preços mais atrativos, satisfazendo suas mais diversas atividades. Ainda sobre os proprietários fundiários, o caminho da especulação imobiliária geralmente acarreta duplo efeito, pois se por um lado, onera os custos da expansão à medida que os imóveis se valorizam, por outro, esse mesmo aumento dos preços da terra, resulta na diminuição da procura pela classe trabalhadora, atingindo a força produtiva dos salários.

Conforme salienta (CORREIA, 2013. p. 2):

Ao desenvolvimento das contradições entre capital e trabalho, que torna perigosa a abolição de qualquer forma de propriedade, entre elas a da terra, pois isto poderia levar a que se demandasse a abolição da propriedade capitalista; através da ideologia da casa própria, que inclui a terra, pode-se minimizar as contradições entre capital e trabalho; à própria burguesia adquirir terras, de modo de que a propriedade fundiária passou a ter significado no processo de acumulação; à propriedade da terra ser pré-requisito fundamental para a construção civil que, por sua vez, desempenha papel extremamente importante no capitalismo, amortecendo áreas de atividade industrial; e à propriedade fundiária e seu controle pela classe dominante terem ainda função de permitir o controle do espaço através da segregação residencial, cumprindo, portanto, significativo papel na organização do espaço.

Considerando que o processo de urbanização ativa diferentemente os agentes urbanos, segundo o tipo de organização social, a concentração da propriedade em mãos dos grandes proprietários não é espontânea, mas proposital. Conforme Sobarzo, (2004) o espaço possui a característica de ser “politicamente instrumental, facilitando com isso o controle da sociedade”, mas essa dimensão tende a ser disfarçada, já que “assume uma aparência externa de neutralidade, de insignificância.

A compreensão da relação entre o espaço e a dominação política e o poder no Brasil passa pelo entendimento do processo de constituição da propriedade da terra – privada e pública – no marco da transição do Brasil Colonial ao Brasil Republicano, em meados do século XIX. De fato, a institucionalização da propriedade nos padrões da Lei de Terras de 1850 transfere à terra, ao detentor da sua propriedade, poder, não somente econômico, mas também político.

Assim, Sobarzo (2004, apud Martins, 1981), analisa esse processo no contexto da passagem de uma sociedade escravocrata para uma sociedade de trabalho livre. Na primeira, a terra não representava o patrimônio porque existia o direito à sua ocupação, mas não à sua propriedade; assim, o patrimônio estava determinado em função da propriedade de escravos. A comutação para uma sociedade de trabalho livre exigiu que se assegurasse o patrimônio dos beneficiários de sesmarias, transferindo para a propriedade da terra essa condição. Esse processo significou a manutenção e consolidação do poder daqueles que possuíam terras. Paralelamente, outras ações se dirigiram nessa mesma direção e ajudaram a criar um Estado não igualitário, clientelista e patrimonialista. Ainda segundo Sobarzo (2004, pg 54, apud Martins, 1994) “ao retroceder aos séculos XVI e XVII, veremos que o rei delegava aos homens bons parte de sua autoridade, o que possibilitou a administração de vilas e municípios”.

Desse modo, Furini (1995), faz uma análise no que se refere a produção do espaço, onde observa-se uma difícil e tensa relação entre os agentes, sendo importante observar que os chamados problemas urbanos podem resultar tanto de ações planejadas quanto daquelas com ausência de planejamento e que uma e outra podem ser objetos de manipulação de grupos de interesses.

## 2.2 Sistema Sesmarial

O resultado da necessidade de reconquistar novos territórios povoando novas áreas originou o sistema de sesmaria. Este modelo de concessão de terras se apoiava primeiramente nos conselhos municipais incorporados à coroa portuguesa como base principal o domínio sobre as áreas conquistadas dos árabes e mouros. Esse fundo territorial era distribuído pelo rei sob a forma de doações de terras, tendo como beneficiários, as classes senhoriais, a saber: o clero, a nobreza e a própria coroa. No âmbito do povoamento das áreas conquistadas, e organizadas na forma de conselhos municipais, tornou-se fundamental na consolidação do império português durante mais de trezentos anos de colonização.

Cada conselho era dotado de um patrimônio territorial outorgado pelo rei por meio da carta de foral as quais podiam ser distribuídas a quem tivesse condições de arar e tratar a terra,

geralmente doadas aos agricultores, para pastagem de gado e corte a lenha. Nesse sistema tinha os sesmeiros, que eram encarregados das concessões de terras dos conselhos em substituição das *presúrias*<sup>2</sup>, uma vez que esta não se configurava mais como uma forma de manutenção da colonização.

O termo sesmaria, sesmeiro ou até mesmo *sesmo*, significa a sexta parte de qualquer coisa, *seximus*, forma romana de se escrever. Durante esse período, as terras dos conselhos municipais eram divididas em seis partes, (*sesmo*), sendo a sexta parte para ser doada. Após a doação da terra, os posseiros deveriam cultivá-la em um determinado prazo de tempo e não ocorrendo seu bom aproveitamento, esta seria devolvida ao contingente do seu senhorio. O sistema de sesmaria tanto foi utilizado no povoamento interno de Portugal como também largamente usado na colonização de novos continentes, especialmente no que tange a fixação da população junto aos nativos.

A lei de sesmaria propunha a obrigação do cultivo da terra a aqueles que tivessem posse em virtude da escassez de alimentos, além da cessão de direitos de posse para outros, caso não pudessem fazê-lo totalmente, através do pagamento de um foro. O objetivo da nova lei era a fixação do homem no campo, povoando as vastas planícies e porções de áreas ainda não trabalhadas nas atividades agropecuárias. Caso os proprietários não cumprissem o determinado pela ordem jurídica, as penalidades poderiam chegar até mesmo a desterro do reino e expropriação de terras. O prazo dado aos posseiros, era entre seis meses a cinco anos, o que possibilitava ao Estado o retorno do patrimônio para seu domínio de áreas que não fossem plenamente aproveitadas. Esse aspecto da lei se estendia também as propriedades da nobreza e da Igreja Católica. Cada sesmeiro, só poderia doar terras dentro do limite da sua capacidade produtiva para que não ocorresse que os proprietários se tornassem latifúndios improdutivos.

Em todo o momento as propriedades teriam que ser aproveitadas para a produção de alimentos abastecendo o reino e que não faltasse o pão na mesa. As condições exigidas para o povoador eram apenas que este as cultivasse, não existindo nenhum encargo ou ônus para o posseiro, implicando, assim no direito adquirido perpétuo e alienável. A partir do século XV o sistema de sesmaria, se torna cada vez mais proveitoso para o Estado que no processo de expansão e conquista de novos contingentes de áreas em outros continentes, utiliza-se da lei para povoamento de territórios além-terra mãe. As concessões também ganham a forma

---

<sup>2</sup> Título especial a que eram concedidas aos nobres certas terras por eles conquistadas aos infiéis, durante a reconquista cristã e a formação territorial de Portugal. Posse justificada de terras. Disponível em: > <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pres%C3%BArias>< Acesso em 28 de abr. 2017

*enfiteuta*<sup>3</sup>, com a obrigatoriedade do pagamento do foro pré-estabelecido e anual, além do direito de *preempção e laudêmio*<sup>4</sup>, neste caso se o proprietário por quaisquer motivos quisesse vender, teria que primeiramente ofertar a venda ao rei, constituindo assim à preempção, como preferência. Por outro lado, se a preferência do negócio fosse outro comprador, o sesmeiro deveria pagar o laudêmio ao Estado.

Como as terras brasileiras foram descobertas através da expansão portuguesa, não havia dono, pelo menos do ponto de vista do sistema político e social europeu. Desta forma Portugal tinha o direito de fazer o que bem lhe prouver com as áreas conquistadas. O sistema de sesmaria se encaixava perfeitamente resolvendo o problema. Esse era o artifício de exploração da terra, instaladas com o propósito de tornar a terra produtiva, perdurando até o século meados do XIX, com a promulgação da Lei de Terras<sup>5</sup>. Diante disso, a origem da divisão das terras no Brasil teve início com a posse das terras por Portugal por direito de conquista, portanto as terras consideradas sem dono foram repassadas a terceiros da forma que a coroa achasse conveniente, conforme a necessidade de povoamento e de aproveitamento através do cultivo como forma de garantir a posse do território e sua defesa.

No tocante as adversidades encontradas em território brasileiro no período colonial, as mesmas dificuldades encontradas por Portugal durante o repovoamento interno, evidenciaram-se no Brasil. O maior entrave era garantir a produtividade da terra e sua proteção contra invasores. Criada na primeira metade do Sec. XIII como um importante sistema na estrutura econômica medieval foi implantado no Brasil como um meio de fixação da população em terras conquistada afim de não ser tomada por inimigos do reino e pela necessidade de distribuição das terras, foi esse sistema que deu origem a criação de conselhos municipais no qual os sesmeiros eram responsáveis por organizar política e economicamente os territórios uma vez

---

<sup>3</sup> Desmembramento da propriedade, do qual resulta o direito real perpétuo em que o titular (*enfiteuta*), assumindo o domínio útil da coisa, constituído de terras não cultivadas ou terrenos por edificar (prazo, bem *enfitêutico* ou bem *foreiro*), é assistido pela faculdade de lhe fruir todas as qualidades, sem destruir a substância, mediante a obrigação de pagar ao proprietário (*senhorio direto*) uma pensão anual invariável (*foro*). Disponível em: ><http://fg.jusbrasil.com.br/noticias/1061040/o-que-se-entende-por-enfiteuse><. Acesso em: 20 Ago. 2017

<sup>4</sup> *Laudêmio* constitui-se uma renda que a União tem direito a receber, quando o ocupante ou o foreiro de imóvel localizado em sua propriedade, transfere os direitos de ocupação ou de foro a outrem é "renda patrimonial. *Preempção* é o direito de preferência que tem o vendedor de um bem, no caso do comprador querer vendê-lo após a sua aquisição. Disponível em ><http://www.dicionarioinformal.com.br/significado><. Acesso em 20 de Abr. 2017.

<sup>5</sup> Foi a primeira iniciativa do governo na época no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil, Promulgada por D. Pedro II, esta Lei contribuiu para preservar a péssima estrutura fundiária no país e privilegiar velhos fazendeiros ficando concentradas nas mãos dos antigos proprietários e passando às outras gerações como herança de família. Disponível em: > <http://www.infoescola.com/historia/lei-de-terras/><. Acesso em 28 abr. 2017

que buscava fixar uma população e expandir a economia local. É importante ressaltar que nos documentos do Sec. XVI que tratam das medidas para o povoamento, o sistema sesmarial era evidenciado como instrumento jurídico que deveria reger a distribuição de terras.

O regime sesmarial vigorou no Brasil durante todo o período colonial somente sendo suspenso pela Resolução nº 76 do Reino, denominada Resolução de Consulta da Mesa do Desembargo do Paço, de 17 de julho de 1822 tendo logo após a edição da citada Resolução do Reino as ocupações se deram, em regra, de forma irregular e sem controle público até a edição da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, denominada Estatuto das Terras Devolutas ou Lei de Terras. (PANIAGO, 2011, p. 6).

Com grande parte do território nacional dividido em sesmarias outorgadas, mas não necessária e efetivamente ocupadas, os latifundiários tomavam quase que por inteiro as zonas populosas, enquanto que os pobres ocupavam os espaços restantes vizinhos aos latifúndios.

O direito as Sesmarias não era para todos, era concedido somente aos “homens de bem” ou “homens de posse” (que possuíam dinheiro) o que impedia os trabalhadores livres de terem acesso à terra, ficando apenas com os terrenos que “sobravam”. (FIALHO, 2010, p. 2).

Conforme a historiografia paraibana, o município de Uiraúna teve origem com a ocupação da terra por fazendeiros que ganharam doações de sesmarias que abrangia todas as terras do espaço supracitado, logo, as sesmarias foram a base da estruturação espacial do Sertão paraibano. A partir destas, que paulatinamente eram repartidas em fazendas de gado, despontaram povoados, vilas e cidades. Nos núcleos urbanos iniciais, o primeiro elemento a surgir e determinar a configuração espacial e a vida social era a igreja, erguendo-se, na maioria das vezes, na forma de uma simples capela. O povoado de Uiraúna segundo a história tradicional surgiu a partir de um terreno doado pelo Pe. França Coutinho para construção de uma capela o qual recebera por presente dos seus pais após sua formação como padre, erigindo-se ao entorno dessa capela o povoado em estudo.

### 2.3 Igreja como agente modelador do espaço

Ao descrever a história de fundação das cidades da região nordeste é comum encontrar na configuração espacial a edificação de uma capela com praça ao seu redor onde a partir dali a cidade ganha forma. A prática de doação de terras por algum fazendeiro como promessa a um santo devoto pelo alcance de uma promessa ou por algum outro motivo é frequente na formação do espaço urbano principalmente nas cidades do interior nordestino onde é visível a presença



de símbolos religiosos a começar por exemplo pelos próprios nomes de cidades, além de ambientes público como escolas, entre outros.

As ordens religiosas conseguiam acumular um grande patrimônio de terras e imóveis através das doações de fieis motivados por uma profunda religiosidade e como forma de pagamento por determinados serviços como celebração de missas, enterros de entes queridos nas igrejas entre outros. (MARX, 1991, p. 8).

Sob o pressuposto da manutenção de suas atividades, as ordens religiosas acumularam, de acordo com o seu prestígio, terrenos e prédios urbanos, além de engenhos, fazendas de gado, olarias, estaleiros, armazéns e hortas. A imbricação entre a Igreja e o Estado acarretou formas espaciais específicas para as nossas cidades, além de propagar a fé, os religiosos exerciam um importante papel político, social, normativo e institucional. As Constituições conforme Fridman e Macedo (2006) recomendavam que as construções sagradas estivessem em lugares decentes, em sítios altos e livres de umidade e caso já houvesse ocupação na vila, as igrejas deveriam se instalar onde pudessem passar as procissões. Outra recomendação dizia respeito ao adro – área livre em frente da igreja – que poderia tornar-se refúgio para os foragidos.

Essa característica era semelhante em todas as vilas, aglomerações e núcleos urbanos, pois para o clero secular, a localização estrategicamente dos prédios eclesiásticos determinavam a estrutura organizacional e espacial dos assentamentos, dando maior fluxo sociocultural ao lugar e conseqüentemente maior controle do território. Era imprescindível que o local para edificação da capela fosse, em áreas privilegiadas, com visão ampla e acessível, facilitando a relação política com os colonos e nativos, traço marcante do planejamento urbano lusitano no Brasil.

Do ponto de vista urbano Fridman e Macedo afirmavam que,

As ordens religiosas tiveram um papel importante, abriram ruas em troca de terras, forneceram água em suas carroças para a população nas invasões estrangeiras, ofereceram bois ao Governador para alimento de residentes de sua casa e de sua comitiva, foram responsáveis pela educação, pela saúde, pela hospedagem dos romeiros pobres nos hospícios e o adro das igrejas acolhia os fugitivos por estar acima das leis seculares. (FRIDMAN E MACEDO 2006, p. 5)

Além disso, seu patrimônio fundiário e imobiliário, acumulado através de doações de famílias nobres e da Coroa, como também por compra, induziu os caminhos da expansão da cidade. Segundo Marx (1991),

Para melhor administrar a religião e controle populacional cristã, a Igreja católica dividia o território físico-espacial dos núcleos urbanos em unidades menores chamadas de freguesias, lugar onde habitavam os “filhos da igreja”,

onde a mesma estava sob a responsabilidade de um pároco e possuía uma igreja também chamada de matriz. (MARX 1991, p.73)

Eram nas igrejas o controle da população em praticamente todos os aspectos, além das atividades religiosas também havia a social como registro de nascimentos, casamentos, batizados, entre outras informações as quais foram importantes aos censos demográficos que posteriormente foram realizados revelando assim mais uma importância da freguesia nas atividades administrativas locais. A respeito disso, Marx (1991) cita a cidade de Salvador, que mediante o primeiro recenseamento realizado em 1706, tiveram informações obtidas a partir de registros dos livros eclesiásticos, a qual possuía 4.296 “fogos” ou domicílios e 21.601 almas de confissão, podendo dessa forma afirmar que a Igreja Católica exercia funções também públicas.

Murilo Marx (1991) destaca ainda que dentre tantos agentes modeladores das cidades coloniais o papel exercido pela igreja sobrepõe os demais, uma vez que, cabia a igreja delimitar as áreas territoriais correspondente às paróquias e freguesias, o controle da população através das igrejas matrizes e de sua localização como núcleos de futuros bairros, e o clero regular com sua missão de evangelizar, atrair fiéis de forma a gerar um crescimento urbano. Segundo Wlisses Estrela (2011) a localização da igreja era a principal mola propulsora do desenvolvimento da localidade.

Portanto, de todos os principais agentes econômicos como proprietários rurais, comerciantes, artesãos e até escravos responsáveis pelo surgimento e desenvolvimento das cidades, pode-se apontar as Freguesias como a mais importante delas, porque ela tinha o controle não apenas religioso, mais também o domínio sobre a configuração físico-espacial dos territórios.

Neste contexto, Marx (1991, p. 64) chegou a afirmar que,

O modo com o qual se formalizou a união da igreja católica com o estado, condicionou muito das peculiaridades da conformação urbanística das cidades e vilas coloniais ressaltando o vínculo como fator preponderante para a compreensão da formação dos aglomerados urbanos e estruturação das redes de cidades.

A predominância do sagrado é visto no espaço urbano pelos elementos religiosos encontrados nas ruas, pela atração do adensamento populacional promovendo a expansão física a partir dela [a igreja] e pela demarcação dos territórios. Com relação às demarcações territoriais Marx (1991, p. 74) informa que “quando a municipalidade instituiu os bairros, utiliza os limites já estipulados pela igreja, tornando assim a divisão administrativa da cidade fundamentada na demarcação da freguesia.”

No município em estudo isso é uma realidade, segundo dados históricos a cidade se desenvolveu a partir das delimitações pré-definidas pela Freguesia local, delimitações estas que vai além da vizinhança chegando até as limitações com outros municípios como mostra os registros do livro de Tombo<sup>6</sup> da secretaria paroquial local. Diante do exposto é possível então afirmar que estas instituições desempenharam importante papel tanto no processo mais geral de ocupação do território brasileiro quanto, mais especificamente, na conformação do “chão” de suas cidades.

No capítulo seguinte será abordado de forma mais específica a influência da Igreja Católica na região Nordeste tendo como agentes influenciadores principalmente no estado da Paraíba e especialmente no sertão as ordens religiosas dos Jesuitas, Carmelitas, Beneditinos e Franciscanos, sendo que de acordo com as literaturas analisadas não foi possível conhecer a predominância de alguma dessas ordens, apenas que todas elas teve uma importante contribuição na produção do espaço urbano no estado supracitado.

---

<sup>6</sup> Livro de registro administrativo paroquial cedida pelo pároco local a autora. Acesso em 10 abr. 2017

### 3 A IGREJA CATÓLICA E A RELAÇÃO COM AS CIDADES DO NORDESTE.

As Ordens Religiosas, em especial os Jesuítas, Franciscanos, Beneditinos e Carmelitas, tiveram um papel importante na catequese e no ordenamento dos primeiros núcleos urbanos brasileiros. A vinda dos religiosos para o Brasil efetivou-se a partir da solicitação oficial do rei de Portugal aos superiores das Ordens que enviavam seus seguidores para o Brasil com a finalidade de realizar as missões.

A presença destas ordens monásticas no Brasil desde o século XVI, se estabelecendo em diversas capitanias e com ações que atendiam tanto aos nativos quanto aos colonos, indica a importância das mesmas enquanto um dos mais atuantes agentes da Igreja Católica. O reflexo da atuação desses agentes da Igreja Católica era evidente no espaço e imagem das vilas e cidades do Brasil colônia, balizados pela presença estratégica dos edifícios religiosos, que na visão de Marx (1991, p. 11) eram as primeiras construções a serem erguidas e tinham participação importante na morfologia urbana. Estes agentes, entre os quais estavam as irmandades de leigos, faziam multiplicar suas igrejas e demais edificações nos núcleos de povoamento revelando assim a importância desta instituição no contexto daquela época.

A legislação canônica do ponto de vista urbanístico e arquitetônico era aceita e até corroborada pelo Coroa Portuguesa, uma vez que esta [coroa] não determinou normas específicas para a construção dos núcleos de povoamento nos primeiros tempos da colonização do Brasil. Dentro desse contexto, a Igreja desempenhou seu papel institucional, marcou o espaço urbano nas cidades brasileiras e participou de forma incisiva na formação territorial e social da colônia. A vida urbana era marcada pelas festividades religiosas (procissões, enterros, festas de padroeiros, missas oficiais), que aconteciam nos templos religiosos e nos seus adros, tudo regido pela lei canônica e corroborado pelo governo Português.

A Igreja era a primeira instituição a reconhecer e elevar uma localidade à condição urbana, segundo normas específicas traçadas pelo clero católico. Uma das tendências gerais na configuração do espaço urbano era a doação de uma faixa de terra para constituir os bens patrimoniais de um santo de devoção dos moradores (PICCINATO e SALGADO, 2012. pg. 1).

A importância dessa interação entre Estado Português e Igreja Católica na configuração espacial prevaleceu enquanto havia interesse em comum as duas instituições, ou seja, Portugal interessado em explorar e fixar povoado para evitar possíveis invasões estrangeiras e a Igreja em garantir espaço em novas terras descobertas por Portugal pois estava perdendo espaço e fiéis na Europa devido a Reforma Protestante.

Conforme as aglomerações aumentavam era comum as dispersões pela colônia, e a partir daí era necessário a construção de uma capela ou templo religioso, dando início um cotidiano singelo, que elevado à categoria de freguesia e mais tarde matriz, tornar-se-ia cidade. O status social e político junto ao Clero e Estado se fazia pela elevação a matriz, significando a ascensão da aglomeração, ao nível de paróquia (MARX, 1991).

Com a oficialização da aglomeração dada, a presença sacerdotal na capela era tida como um elo entre a Igreja e o Estado com os devidos cuidados para expansão do aglomerado, o que tornaria mais tarde em freguesia (MARX, 1991). Todavia, para a construção do templo era necessário a doação de um patrimônio, geralmente doado pelos maiores detentores de terras, além de outras concessões menores feitas pelos fiéis para a construção e manutenção da Igreja. Com o passar do tempo, a população do lugar aumentava, exigindo uma nova reconfiguração dos espaços e adaptações em face do desenvolvimento da economia, melhor fluxo de pessoas e mercadorias, implicando na mudança de status para Igreja matriz.

Segundo Marx (1991), a freguesia tinha que ser autônoma e manter-se ativa e capaz politicamente e administrativamente, adquirindo assim, o estatuto de vila. No que se refere, as concessões de terras, estas ocorriam semelhantemente ao sistema de sesmarias, onde se doavam terras para aqueles que tivessem a capacidade produtiva, em especial aos agricultores e famílias nobres da época. Com efeito, a estruturação do espaço urbano e sua morfologia perpassaram ao longo da colônia no vínculo da Igreja Católica e demais agentes, a saber, os nativos, a população e a nobreza e especificamente segundo os interesses destes, como fator preponderante das novas formações, freguesias, vilas e por fim no surgimento das primeiras cidades.

Do ponto de vista expansionista da aglomeração, a relação com outros agentes acabaram conferindo transformações na vida cidadina, refletindo de certo, na estrutura do espaço urbano, apresentando mudanças nos usos que se dava a esse espaço, na forma que este adquire na cidade e notadamente na função deste mediante a uma manutenção secular do domínio e posse da terra, conferindo valor pecuniário para a Igreja a partir da nova estrutura fundiária desse espaço (TEIXEIRA, 2009).

O espaço material não encerra em si nenhum valor. O valor, ou melhor, os valores conferidos a um espaço resultam da dimensão social desse espaço, isto é, das classes e categorias sociais que o utilizam. É o uso dele ao longo do tempo que lhe confere outro sentido. Quanto à forma organização do espaço urbano propriamente dito e de seus equipamentos, assim como elementos de sua forma e de sua disposição, conferem ou não um valor sagrado a esse espaço. A função urbana se refere precisamente às motivações para o surgimento das localidades que se transformaram

ao longo do desenvolvimento histórico das aglomerações. (TEIXEIRA, 2009. p.34, 35).

No nordeste brasileiro, nas antigas Capitânicas do Maranhão, Ceará, Rio Grande, Itamaracá, Pernambuco, Baía de Todos os Santos, Ilhéus e Porto Seguro a presença dos religiosos marcou o surgimento dos primeiros núcleos urbanos, sobretudo no litoral, em cidades como Natal, São Luís, Olinda, Recife, João Pessoa e Salvador. Somente na capital baiana o patrimônio das ordens religiosas modificou profundamente a paisagem urbana da cidade, o que refletia o papel da Igreja na constituição da estrutura fundiária dada a importância que os fiéis depositavam nas questões de fé cristã, inclusive deixando parte da herança para fins religiosos (VASCONCELOS, 2010). O acúmulo do patrimônio em Salvador foi tanto que, fundaram conventos e Igrejas, além de outras edificações religiosas espalhadas pelo centro antigo da cidade, chegando a possuir mais de quatrocentos imóveis no século XVIII, (VASCONCELOS, 2010).

O avanço pelo sertão tanto das ordens religiosas como de outros exploradores, tiveram motivações de povoamento do interior com a constituição de vilas, passando a ser habitada por portugueses interessados na exploração de riquezas, conforme menciona Mariz e Suassuna (2005, p. 109),

“[...] começaram a chegar à capitania elementos diferentes vindo do reino ou das ilhas à procura de riquezas, oficiais que se retiravam do serviço, negociantes e colonos de Pernambuco e sobretudo criadores de gado atraídos pelas excelentes pastagens existentes na região, que passaram a compor a nova sociedade, elevando a sua cultura e o seu nível moral”.

Como a principal fonte de riquezas que era o produto das Antilhas estava diminuindo, e como ainda havia grande parte do interior nordestino a ser descoberto, somando-se ao receio de invasões estrangeiras por parte do governo português, começou-se a ser enviados exploradores para descobrir e se fixar nas terras sertanejas próximas aos rios do agreste, dando início a ocupação dos sertões. De acordo com Pádua (2014), o município de Uiraúna não podia ficar de fora desse alvo uma vez que, além de se localizar na região semiárida do nordeste brasileiro tinha em suas proximidades o rio do peixe que apesar de intermitente favoreceria a pecuária e a agricultura considerada pelos descobridores novas fontes de riqueza para a colônia.

### 3.1 O patrimônio fundiário da igreja católica do período colonial ao séc. XXI

Segundo Barbosa et al (2017), no período colonial do Brasil, a relação entre a Igreja e o Estado ainda evidenciava muito da herança do sistema feudal, tendo na difusão da fé católica a força motriz para o estabelecimento das cruzadas e grandes navegações colonizando várias localidades ao longo da costa americana, africana e asiática. Portugal tinha como estratégia, aportar nesses continentes aumentando assim, as possessões lusitanas fora do território português.

Como símbolo marcante desta empreitada, a bandeira do governo trazia a presença da representação eclesiástica, que sob a Ordem de Cristo configurou-se importante elemento para estabelecimento dos primeiros contatos com os nativos mantendo na forma de uma nova cultura, a posse e o domínio da terra.

Num primeiro momento, um aglomerado de moradias dispersas de maneira aleatória pelas terras configurava o que se pode chamar de povoado ou arraial. Com o passar do tempo esses aglomerados se expandiram de tal forma que, para manter a ordem social tornou-se necessário a presença de uma liderança que cuidasse da vida social e também religiosa do povo, e nesse sentido configura-se a figura de um vigário, um líder respeitado por todos para oferecer os cuidados necessários a esse núcleo. Com a chegada do vigário no povoado, chegava também a necessidade de se construir uma capela que fornecesse apoio aos que buscavam o acolhimento.

Os patrimônios religiosos surgiram em terras brasileiras de maneira discreta e tímida. Eram eles porções de chão cedidas a um santo de devoção, a um santo padroeiro. Essas terras passavam a constituir os bens desse orago<sup>7</sup>, devendo ser administradas por uma entidade da própria Igreja e pelas Ordenações do Estado.

Conforme Salgado e Piccinato (2012, p 11),

As terras doadas permitiam a construção da capela e determinavam a legalidade do “chão” para que o mesmo pudesse proporcionar a expansão do arraial. Em troca, os fundadores do patrimônio, os que tornavam possível a existência da capela, obtinham atenções especiais para si e para os seus em termos espirituais, como missas após a morte. (apud MARX, 1991, p. 11, *grifo do autor*)

---

<sup>7</sup> Padroeiro

Assim, para a ascensão de um povoado em capela ou capela curada<sup>8</sup> era necessário um patrimônio fundiário a garantir uma renda mínima.

Sobre a constituição do patrimônio fundiário eclesiástico e sua relação como um dos agentes modeladores do espaço urbano, sendo elemento indissociável quando se fala de recursos materiais e por vezes imateriais ao longo da história das cidades brasileiras, alguns autores como MARX (1991), AZEVEDO (1966), SALGADO e PICCINATO (2012), FRIDMAN e MACEDO, (2006), VASCONCELOS (2010), procuraram demonstrar em seus discursos a relação da Igreja com o Estado no desenvolvimento da malha urbana desde os elementos religiosos à patrimoniais que constituem as cidades.

Com relação a acumulação do patrimônio da Igreja Católica no Brasil, é necessário fazer uma breve explanação da estrutura hierárquica desse agente ligado ao Estado pelo Padroado e pelas ordens religiosas. Segundo Vasconcelos (2010) o Padroado era um acordo entre o Papado e a Coroa de Portugal, a qual recebia o dízimo relativo à Igreja Católica e ao mesmo tempo se responsabilizava pelas despesas no Brasil. Já o clero secular era composto pela altíssima hierarquia da Igreja, os bispos e arcebispos.

Cabia a esta nobre parte da Igreja a normatização e organização dos sínodos. Outra parte do clero secular correspondia aos vigários e padres das matrizes e paróquias responsáveis pela administração direta das células menores da Igreja. A esta categoria, também podemos incluir os capelães militares nos engenhos e navios negreiros.

Segundo Vasconcelos (2010, p. 2),

O Bispado (ou Arcebispado) definia a localização da catedral e das igrejas matrizes, assim como delimitava as áreas territoriais correspondentes (paróquias). Essas divisões em paróquias serviram de base para a definição das freguesias, que influenciaram as consequentes divisões administrativas da cidade. As igrejas matrizes correspondiam aos núcleos das paróquias, tendo uma importante função social, tanto no que se refere ao local de encontros e sociabilidade, como no papel de registro civil.

Essa estrutura administrativa e política dentro da Igreja possibilitou a organização do sistema hierárquico eclesiástico no Brasil colonial de modo substancial à constituição do patrimônio conquistado ao longo de toda a história urbana brasileira. O papel do Clero secular correspondia à vivência em comunidade, seguindo uma ordem religiosa. Além das atividades missionárias, o Clero Regular se dedicava ao ensino, e frequentemente necessitava de recursos

---

<sup>8</sup> Que tinha a presença de um padre.



para sobrevivência. Daí num contexto mais amplo dessa condição recebeu quantidades enormes de terras e bem vindo dos fiéis: dinheiro, casas, fazendas, engenhos, gados e até escravos, (VASCONCELOS, 2010).

De acordo com Oliveira et al (2016), as ordens religiosas no período colonial, eram as principais aliados da coroa, com o intuito de catequizar os povos nativo, de forma que, esses povos fossem submetidos a religião e ao reino. Diante disso, as Ordens conseguiram acumular um grande patrimônio de terras e imóveis através das doações de fieis motivados pelo espírito religioso e como forma de pagamento por determinados serviços como celebração de missas, batizados, casamentos, enterros de entes queridos nas igrejas, entre outros, confluindo-se em agentes econômicos e determinantes no parcelamento do solo urbano e conformação das cidades.

As motivações iniciais das ordens religiosas constituia-se na necessidade de está mais próximo dos fiéis, de forma que, pudessem protegê-los dos hereges, buscar o sustento, e por ser mais abrangente o alcance de pessoas pela ação pastoral – evangelização - encontrando assim nas zonas urbanas terreno de ação comum a esses objetivos. Segundo Marx (1991 p. 29), “a função das ordens não era apenas de evangelizar, mais de consolidar o poder religioso nos centros urbanos de forma que contribuíssem para a manutenção da paz entre os cidadãos, coordenação e centralização das distintas partes da cidade”, contribuindo assim para formar uma nova consciência tendo como aliados a gestão municipal, sendo portanto, responsável pelo ensino religioso, assistência social e política.

As razões dadas pelos franciscanos para implantação de seus conventos nas cidades era o desejo pastoral de se instalarem o mais perto possível das suas “*ovelhas*”, as necessidades materiais de sustentação e as necessidades de segurança ao abrigo das muralhas. (MARX, 1991, p. 28, *grifo nosso*).

A capela era o elemento central desse processo, tornando-se o ponto de convergência das populações das fazendas mais próximas. Concomitantemente, esta capela, além do poder religioso, passava a concentrar também poder civil e administrativo, visto que a separação entre o poder estatal e o eclesiástico ainda não tinha alcançado de fato o Sertão<sup>9</sup> nordestino.

Não obstante o poder administrativo que a capela posteriormente Freguesia já detinha, a criação da Lei de Terras em 1850, ou Lei n° 601 que regulamentava por decreto as sesmarias,

---

<sup>9</sup> Sertão: área territorial ainda não alcançada pelos portugueses que fica entre o agreste e meio norte na região nordeste.

veio favorecer ainda mais o controle e legitimidade das ordens religiosas sobre as terras adquiridas pela doação da coroa e seus fiéis.

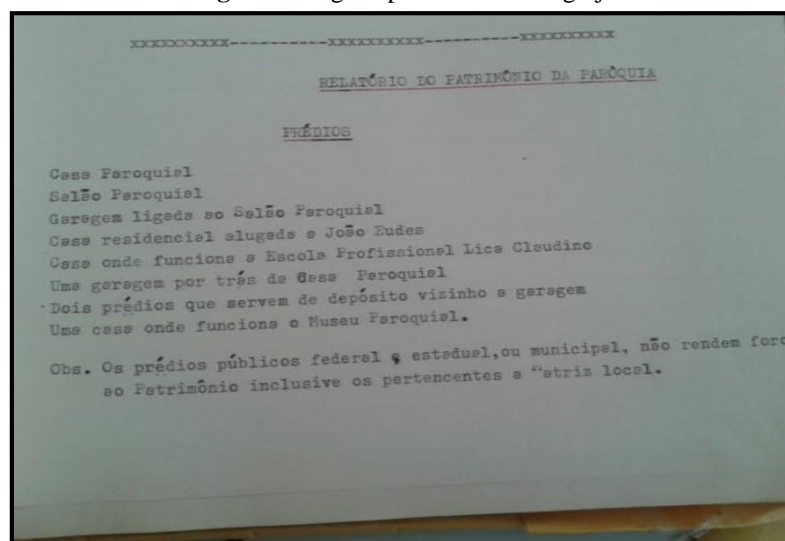
Muitas dessas terras foram transferidas à igreja pela coroa portuguesa à época da colonização, a fim de dar a elas caráter produtivo e contribuir para o fomento dos costumes e das atividades religiosas, e é o caso de enfiteuse particular no país, onde de fato pode ter um contrato de enfiteuse/aforamento e receber as taxas devidas quando ocorre a transferência de imóveis em que são o senhorio direto (UCHOA, 2015, p. 1).

Dessa forma, a doação de terras por parte da coroa, dos fiéis e fazendeiros locais à igreja, veio como um ponto culminante para o surgimento de povoados e vilas no sertão nordestino uma vez que, como a quantidade de terras pertencente a Freguesia geralmente era extensa seria inviável a exploração de toda terra pela mesma de forma que fosse útil. Portanto a igreja passou a aforar terrenos para serem ocupados e em troca receberia um valor [taxas] pela ocupação, o que gerou renda para a igreja.

Neste sentido, se encontra o município de Uiraúna, PB localizado no alto sertão paraibano, onde a ordem religiosa conseguiu não somente o terreno para construção da capela, hoje a matriz Jesus Maria José, como também vários outros terrenos aos redores que atualmente se configura em casa paroquial, uma biblioteca, garagem e uma escola infantil, além de casas, prédios públicos e privados conforme descrito na Figura 1, ocupando uma extensa área de 310 braças quadradas (equivalente a 566,928 m<sup>2</sup> no SI).

Esse fato coloca esses núcleos urbanos iniciais na influência direta da religiosidade, assim como na relação à morfologia do povoado, com a capela definindo a disposição de largos e ruas.

**Figura 1:** Alguns patrimônios da Igreja.



**Fonte:** Autoria própria, 2017

## 4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A metodologia, segundo Pádua (2014) é o estudo dos meios adotados e etapas percorridas para a realização de uma pesquisa, podendo ser entendida ainda como a concepção epistemológica seguida para a investigação de um determinado tema.

Com relação a elaboração do referencial teórico, a revisão bibliográfica, assim como as representações, interpretação, análise dos dados, informações e composição do texto, foi baseada no método dedutivo de Guerra e Cunha (1997). Além disso, houve o desenvolvimento das atividades de campo com fundamento na observação dos elementos naturais, construídos, históricos e humanos, do espaço de modo subjacente à pesquisa qualitativa, com abordagem dialética e crítica. A base metodológica, ainda utilizou a abordagem de cunho dialético e crítico na compreensão e consolidação do trabalho.

Neste trabalho, a interpretação dos eventos não careceu a utilização de métodos estatísticos, ficando dividido nos seguintes tópicos:

a) O levantamento bibliográfico

A primeira etapa realizada e teve como objetivo o conhecimento de trabalhos já produzidos sobre a área e sobre o assunto, tendo sido as obras levantadas utilizadas como insumo na construção de ideias e também nas orientações teórico-conceituais. Nesta etapa foram analisadas e referenciadas obras referentes à temática, de modo a possibilitar o enriquecimento do presente trabalho. Para tanto, foram selecionados inúmeros artigos de periódicos, livros, teses e outros materiais disponíveis na internet. Através das orientações bibliográficas foram planejados os estudos e os tipos de fenômenos e atividades que mereceriam registro na pesquisa de campo.

b) Pesquisa Documental

No que se refere a produção do espaço urbano na relação Igreja Católica e os agentes na questão fundiária, fez-se necessário a busca de documentos oficiais (especialmente os livros de Tombo de 1923 a 2002), revistas do município, fotografias, imagens de satélite, mapas, relatórios de órgãos públicos, entre outros. elementos sociais, culturais, políticos e espaciais contidos no momento histórico inicial de análise, considerado a partir da criação da Capela em meados do século XVIII, cuja vila formou-se em seu entorno tornando-se posteriormente o centro da atual cidade de Uiraúna.

c) Estudo de Campo

A pesquisa de campo se configurou sem sombra de dúvidas, na etapa mais relevante e produtiva do trabalho, tendo sido realizada entre os meses de Janeiro e Fevereiro de 2017, sempre no período da manhã na secretaria paroquial, em conversa com o pároco local e alguns fiéis mais antigos.

A interpretação do contexto histórico e atual do uso do espaço urbano apresenta-se como elemento importante na percepção da relação igreja e espaço urbano na constituição da cidade. Como recorte espacial, será estudado conforme mostra a Figura 2, o município de Uiraúna localizada na região oeste do estado da Paraíba.

**Figura 2:** Mapa do Vale Rio do Peixe



**Fonte:** Gazeta do vale, 2017

No tocante às técnicas e instrumentos, o uso de manuscritos e mapas cartográficos históricos foi executado concomitante com a pesquisa documental, bibliográfica e pesquisa de campo conforme os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica e levantamento de dados; levantamento e aquisição de materiais cartográficos dentre os quais: cartas, mapas, manuscritos; levantamento de dados históricos junto ao arquivo da prefeitura da cidade e paróquia local.

Por fim, a sistematização das informações obtidas, ou melhor, o confrontamento de dados levantados em todas as etapas anteriormente apresentadas, evidências e conhecimento teórico acumulado sobre a temática, se deu na elaboração do texto desta monografia.

## 5 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA IGREJA CATÓLICA EM UIRAÚNA, PB.

Por volta de 1840, iniciaram-se as doações de sesmarias na província, ponto de partida para a chegada dos primeiros pecuaristas e desbravadores. Há relatos que em 1601, o capitão-mor Antônio José da Cunha, vindo de Pernambuco, estabeleceu-se na região onde hoje está situado o município, organizando fazendas de gado e conseguindo a amizade dos índios Icós que habitavam a região do Rio do Peixe e era tribo dos Tapuias-Cariris.

**Figura 3:** Mapa com 4 Capitânicas, sendo uma delas a da Paraíba (em destaque)



**Fonte:** (Por Joan Blaeu) Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Domínio público, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1990738>

Com a vinda de exploradores e criadores de gado a fim de acumular riquezas para a coroa, vieram também algumas famílias a exemplo de João Claudino de Galiza, Henrique Caetano de Galiza, Claudino Coutinho de Galiza, Alferes Alexandre Moreira Pinto e João Nunes Leitão além desses, também veio nessa comitiva o Sr. Joaquim Duarte Coutinho, que era de uma família muito católica e inclusive tinha um filho sacerdote chamado José Joaquim de França Coutinho, popular Pe. França, o qual havia se ordenado no seminário de Olinda/PE.

Após o regresso do seminário, o Padre França solicitou junto ao seu pai Joaquim Duarte Coutinho à doação do terreno que ganhara como presente pelo sacerdócio, para a construção do patrimônio e primeira capela que hoje é a atual matriz cuja dimensão territorial era de 310 braças quadradas (equivalente a 566,928 m<sup>2</sup> no SI) a qual foi oficialmente doada em 1874 ocasião em que foi batizado o lugarejo de Belém adotando como padroeira a Sagrada Família e tendo sido construída em 1867. Pelo trabalho e amor a terra natal, o Pe. França é considerado

o fundador do município, sendo em 1940, erguido uma estátua em sua homenagem na praça e rua que levam seu nome.

**Figura 4:** Estátua do Pe. França



**Fonte:** Arquivo da autora, 2017

Paralelamente a vinda dos criadores de gado ao sertão, nascia no Brasil, sobretudo nos estados do Nordeste e do Sul, uma nova classe de trabalhadores, os Tropeiros, que na ausência de caminhões (inventado em 1896, mas chegou ao Brasil décadas depois) partiam com suas tropas de mulas em busca de produtos que necessitavam, os quais não havia disponível nos povoados, sendo necessário recor a outras localidades.

Os tropeiros uiraunenses eram também conhecidos por Tropeiros do Sertão, os quais se deslocavam até outros lugares como o vizinho estado de Pernambuco e do sertão de Piancó, como também do Cariri cearense e Mossoró na busca de rapadura, algodão, sal e de farinha. Esses tropeiros eram também considerados como comerciantes, e tiveram papéis importantes na abertura de estradas como também na fundação de vilas e povoados. Ao tomar posse de terras devolutas, esses tropeiros erguiam suas propriedades dando início a aglomerações que posteriormente se transformava nos vilarejos e em cidades.

Durante a República Velha o município foi palco, embora de forma passageira, de alguns fatos históricos importantes até hoje, são elas a Coluna Prestes que foi um movimento político liderado por militares contrários ao governo na época, a qual chegou a percorrer o sertão paraibano passando pelo município uiraunense, e Lampião que liderada por Luís Carlos Prestes passa pela terra de Padre França, primeiramente pela comunidade de Aparecida, logo após chega a Luís Gomes e depois voltando a terras uiraunenses vai ao Olho D'Água Seco, depois

para Santa Umbelina e também para Quixaba, quando então parte em direção ao município de Vieirópolis. Lampião foi o mais famoso cangaceiro da história do Brasil, em Uiraúna suas visitas (1927) foram consideravelmente rápidas e tanto na primeira como na segunda fez o mesmo trajeto.

Nesse período também aconteceu um fato que influenciou a formação cultural do município, que foi a Revolta do Juazeiro, a qual consistia num confronto armado entre as oligarquias cearenses e o governo federal provocado pela interferência do poder central na política estadual, que em 1911 o prefeito de Juazeiro do Norte o Padre Cícero resolveu não aceitar algumas ordens do governo federal e como resposta, o governo enviou tropas instaurando um verdadeiro conflito em todo interior cearense, então várias pessoas com medo do que poderia acontecer se refugiaram em outras cidades onde uma das tais foi o município de Uiraúna/PB.

Mediante o ocorrido, 4 (quatro) músicos da cidade de Missão Velha vieram parar em Uiraúna e em busca de emprego procuraram Padre Costa que juntos tiveram a ideia de ensinar música aos uiraunenses, desse modo nascia em 1914 a Banda Costa Correia, que hoje se chama Banda de Música Jesus, Maria e José e que dá ao município o título de terra dos músicos, a cidade também é considerada como Terra dos Sacerdotes devido à grande vocação sacerdotal que instituiu 40 Padres uiraunenses tendo como um dos principais o Monsenhor Manuel Vieira chefe político da UDN em Patos-PB e aliado ao governo em gestão naquela ocasião além de ser natural de Uiraúna e com seu posto privilegiado foi um dos principais responsáveis pela emancipação do município em questão.

O auge do município ocorreu durante o cultivo do algodão, foram os criadores de gado do século XIX que deram a grande contribuição para o desenvolvimento da terra. O ouro branco, como era chamado antigamente se adequou perfeitamente ao solo uiraunense e paraibano, e como houve alta produção várias usinas algodoiras vieram a Uiraúna, como a SAMBRA e a ALGASA. A cidade vivia do algodão e seu desenvolvimento veio através dele, trazendo até bancos como o PARAIBAN, a Caixa Econômica Federal e o Bradesco, mas um inseto originário da América Central, o bicudo, infestou todo o Brasil trazendo altos prejuízos para a cidade como principal exemplo o fim de todas essas empresas citadas acima e a perda de toda produção, levando Uiraúna e todo o Brasil a uma grave crise.

A atividade produtiva do algodão arbóreo prevaleceu até 1970 ao lado do qual se desenvolvia uma atividade policultura alimentar diversificada. A cana de açúcar era também cultivada nas áreas de baixio e voltava-se para a produção de aguardente e rapadura produzidas por engenhocas tradicionais da região, seguido da policultura alimentar com destaque para o

milho, o feijão e o arroz. Como todas as regiões sertanejas, a economia primária se dava pelo binômio gado-algodão, mas isso não impediu o desenvolvimento inicial da cidade com a colaboração de algumas pequenas empresas como o do Sr. José Daniel Duarte com a empresa Belém Força e Luz, o qual foi responsável pelo fornecimento da primeira luz elétrica na zona urbana, o qual contribuiu muito para a expansão da cidade, além do comércio local que por sua vez teve como fundamentos as lojas “Casa São Francisco” pertencentes a Francisco Euclides Fernandes e “Casa Nova” tendo como proprietário o Sr. Raimundo Daniel Duarte, lojas estas que estão na ativa até os dias atuais.

A vida social do seu povo limitava-se as tradicionais festas religiosas que atualmente ainda acontece no mês de janeiro a qual se refere a festa da padroeira da cidade com missas internas e campal, procissões reunindo centenas de fiéis, além da presença de alguns circos, bailes promovidos em galpão interno de um antigo grupo escolar Jovelina Gomes e no salão de Antônio Jacinto onde havia as brincadeiras de carnaval. Com a inauguração de um espaço para festas conhecido como Uiraúna Tênis Clube (UTC) inaugurado em 1968 tendo como empreendedor o Sr. João Bosco Claudino, essas festas passaram a ser celebradas nesse espaço deixando para traz o antigo galpão que ficou apenas na lembrança de quem frequentou.

O patrimônio da Igreja durante todos esses anos de história tem sido utilizado para constituição de novos parcelamentos, novos usos, que perpassaram com as transformações sociais e políticas que o município atravessou em sua jornada, especificamente no que diz respeito à propriedade. Se por um lado esse patrimônio conformou a cidade modificando sua paisagem urbana por outro lado, esse mesmo patrimônio tem sido motivos de problemas decorrente da falta de conhecimento por parte de alguns ocupantes com relação a taxas colonais que faz da Igreja Católica o dono de fato das terras, sendo um dos principais motivos de discordâncias, chegando ser até mesmo de ordem jurídica a venda de imóveis, na qual o enfiteuta, ou seja, aquele que está ocupando a terra eclesiástica deverá repassar para a Igreja local uma determinada porcentagem do valor correspondente a venda, valor este não informado durante o recolhimento das informações, onde muitos não querem aceitar e acabam gerando conflitos.

No campo fundiário, por exemplo, presencia-se cada vez mais a informalidade urbana em extensas áreas consolidadas construídas em terras eclesiásticas, pois a Igreja Católica apesar de ter cedido o direito de uso e domínio útil para a população construir edificações residenciais



e até mesmo comerciais, apenas perpetua a enfiteuse<sup>10</sup> de suas posses, permanecendo ainda como senhora e dona efetiva da terra. Isso implica em dizer que o patrimônio fundiário eclesiástico, segrega o espaço e as camadas sociais da população especialmente as de menor estatuto social. Neste sentido, a compreensão urbana das cidades passa pela dimensão histórica da constituição fundiária, na busca do entendimento dos reais problemas socioespaciais decorrente da ação dos seus agentes.

A medida que a vila crescia, os seus habitantes respiravam independência, foi quando o médico Dr. Oswaldo Bezerra Cascudo, norte rio-grandense chefe do PSD<sup>11</sup> no município em questão tomou a frente da luta e garantiu a vitória junto com a contribuição do então deputado estadual Fernando Carrilho Milanez e do Professor e Chefe Político Mons. Manuel Vieira. De acordo com as divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e de 31 de dezembro de 1937, bem como o Decreto Lei 1.010, de 30 de março de 1938, o território de Uiraúna figurava como Distrito de São João do Rio do Peixe. Em 15 de novembro de 1938 o distrito de Belém passava-se chamar Canaã.

A luta pela autonomia política começou por volta de 1942, sendo concretizada somente em 02 de dezembro de 1953, sob Lei Estadual de número 972. Assinada pelo então governador da Paraíba, José Fernandes de Lima, a lei previa a instalação oficial do município a 27 de dezembro do mesmo ano e nesta data foi empossado o primeiro prefeito, o norte rio-grandense Adolfo Rodrigues.

Atualmente, após sessenta e três anos de emancipação, a “terra dos músicos, sacerdotes e médicos”, como é conhecida, é também lugar de crescimento, comportando um comércio que cresce exponencialmente, uma sede que se verticaliza continuamente e periferias que se expandem, configurando-se em uma cidade que se desenvolve e polariza urbes e distritos adjacentes.

Depois de declarada constitucionalmente uma cidade, o município de Uiraúna só teve a ganhar, principalmente no quesito habitacional onde a quantidade de ruas cresce conforme mostra a Figura 5, horizontal e verticalmente a cada ano.

---

<sup>10</sup> Permissão dada ao proprietário de entregar a outrem todos os direitos sobre a coisa, de tal forma que o terceiro que recebeu (enfiteuta) passe a ter o domínio útil da coisa mediante o pagamento de uma taxa colonial (foro) ao senhorio (Igreja). Disponível em: ><https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1061040/o-que-se-entende-por-enfiteuse>< Acesso em 17 de mai. 2017

<sup>11</sup> Partido político cuja sigla significa: Partido Social Democrata

**Figura 5:** Vista aérea do centro, incluindo as primeiras ruas de Uiraúna.



**Fonte:** Herleson Almeida, 2017

Embora já tenha se passado o período em que o município vivia sobre o sistema de sesmarias, as taxas coloniais impostas pela Igreja Católica como requisito pela ocupação de suas terras no período colonial permanece até hoje, sendo os ocupantes obrigados a pagarem anualmente o foro<sup>12</sup>, como uma espécie de aluguel, e o laudêmio no caso de venda da casa/terrenos para terceiros. Tudo isso devido a grande parte dos imóveis estarem fixados em locais que, de acordo com os registros da própria paróquia, assim como dos próprios moradores que ocupam essas terras, pertencem a igreja local, adquirida através de doações dos fiéis desde a fundação do município.

Com a criação da Lei de Terras em 1850, ou a lei n° 601, que regulamentava por decreto as sesmarias, a posse como meio de acesso legal à terra no país, passou a ser comprada absolutizando o direito de propriedade, tornando assim a terra uma forma de mercadoria em um mercado imobiliário urbano cada vez mais desigual.

Como resultado disso, a igreja por ser detentora de grande parte das terras locais mediante as doações, passou a ter legitimidade das terras de acordo com a Lei promulgada. Para que essas terras não ficassem infrutíferas, a Igreja começou a doar terrenos para que a terra fosse de alguma forma ocupada. Essa ação provocou a expansão não somente da cidade de Uiraúna/PB, mas das cidades no interior nordestino, segundo informações fornecida pelo

---

<sup>12</sup> Foro e Laudêmio são taxas coloniais impostas pela Igreja Católica a todos quanto ocuparem terras pertencentes a Igreja.

pároco local, e que não somente influenciou no crescimento do povoado, mas promovendo posteriormente ao centro das cidades, sendo adjacente ao núcleo religioso.

Os patrimônios religiosos surgiram em terras brasileiras de maneira discreta. Eram eles porções de chão cedidas a um santo de devoção, ou a um santo padroeiro. As terras doadas permitiam a construção da capela e determinavam a legalidade do “chão” para que o mesmo pudesse proporcionar a expansão do arraial. Para a ascensão de um povoado em capela ou capela curada<sup>13</sup> era necessário um patrimônio fundiário a garantir uma renda mínima. Depois de instituída a capela ou capela curada, o próximo passo do povoado era ascender à categoria de freguesia ou paróquia, instituição territorial de domínio do clero.

A elevação de uma capela ao patamar de freguesia costumava considerar fatores demográficos, econômicos e políticos. No entanto, era a necessidade de assistência espiritual que fazia a população exigir mais proximidade das Freguesias. Quando a localidade era apenas uma capela, não havia a necessidade de traçar limites; já as freguesias, depois de fundadas, necessitavam demarcar seus domínios. Por conta disso, as freguesias tinham alguns deveres a cumprir como assegurar a catequização da população, zelar pela comunidade mediante o cumprimento das normas eclesiásticas, inspecionar o fluxo de entrada e saída, conservar a construção da igreja e supervisionar as atividades religiosas nas capelas distantes.

Acerca disso, pode-se afirmar que foi devido a necessidade espiritual da pequena população que já habitava em Uiraúna/PB, a qual era dependente da Freguesia do município de São João do Rio do Peixe/PB, distante a alguns quilômetros, que fez com que algumas famílias ricas na época tomassem a iniciativa de doar terrenos para que fosse construído o patrimônio da Freguesia da Sagrada Família Jesus Maria José, padroeira local desde o início de sua fundação.

Segue abaixo parte da escritura de doação de terras para o patrimônio da capela Jesus Maria José.

**“Escritura de doação que fazem o Pe. França e seus parentes para constituir o patrimônio da Sagrada Família.**

**Saibam quantos este publico instrumento de escritura de terra, açude para patrimonio virem que sendo no ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e quatro (1874), aos dezessete (17) dias de agosto do dito ano, nesta povoação de Belém da Freguesia de nossa Senhora do Rosário, da povoação de São João do Termo e comarca da cidade de Sousa, provincia da Paraíba do Norte onde vim a chamada do reverendo José**

---

<sup>13</sup> Templo visitado por um cura (padre de um lugarejo). Disponível em: Ivone Salgado e Piccinato Jr. Proarq.FAU, UFRJ. Acesso em 01 de mai. 2017

Joaquim de França de Coutinho, e sendo ali presentes os doadores acima mencionados, o mesmo Reverendo José Joaquim de França Coutinho, José Caetano de Galiza e sua mulher Dona Josefa Maria da Conceição, Antonio Duarte Coutinho e sua mulher Dona Josefa Joaquina da Conceição, Daniel José Duarte e sua mulher, Luisa Maria viúva, Franciso Duarte Coutinho, viúvo, (...), como tudo abaixo se descreve e por eles foi dito e declarado perante mim Tabelião de paz e as testemunhas abaixo nomeadas e no fim assinadas apois de reconhecidos próprios de que se tratam dou fé e que de suas próprias e livres vontades doavam para o patrimônio da Capela Jesus Maria e José erecta nesta dita povoação de Belém uma quadro de terra de (310) braças em comum entre eles doadores inclusive açude aqui edificado, a sair, aquele terreno que no interior do mesmo açude ocupar as suas e todos os seus produtos e rendimentos cujos limites do supro mencionado quadro de terras doados são: do primeiro marco de pedra que se acha cercado confronte a casa de Jorge Xavier de Lima, pedindo rumo de poente saindo a dar (110) braças em umas areias brancas na porta de Julião Antonio Marinho onde deixaram eles doadores colocado convencionalmente um outro marco de pedra, digo passando a linha divisória no oitão da casa de Manoel Francisco de Lima, no interiro desta povoação vindo a completar (100) braças a margem do referido açude dentro d'agua, onde fora com terreno seco (...), todo o patrimônio cercado tinha o valor de 300\$000 (trezentos mil réis), declararam mais eles doadores ter sido esta terra doado ao mesmo patrimônio e o mesmo açude ser na data João Nunes, no mesmo termo da cidade de Sousa, estas partes em comunhão entre eles desmembrada de várias partes de terras em comunhão entre eles desmenbradas de várias partes de terras por eles doadores em comum com os mais herdeiros por eles possuidas livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou hipoteca, e que doam como de fato doadas ficam de hoje para sempre, e sujeita a dizer nacional e tudo científico e interesse do sobredito patrimônio desta Capela (...). foi dito e designado perante mim e testemunhas que eles confirma e asseguram o mesmo patrimônio do mesmo modo que aqui se acham escrito e declarado e me apresentaram o conhecimento em forma de pagamento da sisa de transmissão do teor seguinte: a fls primeira do livro de receita, fica encarregado do coletor Vicente de Sousa Nazarete a quantia de 18\$000 réis que me entregou o reverendíssimo Sr. José Joaquim França Coutinho pela sisa de tranmissão correspondente a 300\$000 réis proveniente do mesmmo reverendo Pe. França, José Caetano e os outros que fizeram a doação. Eu Joaquim Bezerra Cavalcante Junior, Tabelião público de paz e notas, escrevi e assino, de meu sinal público que uso”. (apud ABREU, 2008, pg 68).

Após esse processo de doação a capela que foi erguida, em pouco tempo foi elevada a Freguesia<sup>14</sup>, assumindo todas as responsabilidades que a ela emanavam, como religiosas e civis. De acordo com Marx (1999, p. 28) depois de “ereta uma povoação a vila, a intenção era se criar

---

<sup>14</sup> Não foi encontrado informação precisa sobre a data.

um município onde nela teria sua sede incorporando à municipalidade uma gleba<sup>15</sup> para seu usufruto e crescimento que seria administrado por novos oficiais”. Corroborando com esse pensamento, o povoado de Uiraúna foi ganhando formas, novos limites se delimitando e o lugarejo alcançando a designação de município, porém cabe aqui dizer que essas formas em que foram delineando a cidade era previamente estabelecidas pela Freguesia.

Portanto, assim como qualquer outro povoado em desenvolvimento, começou a se expandir ocupando várias áreas, sendo que grande parte dessas áreas ocupadas consequentemente por casas, prédios públicos e privados, foram construídas em terrenos que legalmente pertencem ao patrimônio eclesiástico da Igreja Católica e o que era para ser apenas um patrimônio particular à igreja, tornou-se algo privado gerando uma grande fonte de renda para a paróquia até os dias atuais por meio de taxas ditas coloniais captadas anualmente e a cada venda da casa para terceiros.

Mediante o foi descrito, houve a necessidade de investigar na secretaria paroquial, informações mais precisas a respeito dos terrenos pertencente a Freguesia. De acordo com a Figura 6, foi possível mensurar aproximadamente o patrimônio, não sendo possível obter os dados de forma exata devido a não identificação de algumas ruas pelo aplicativo google earth.

**Figura 6:** Patrimônio aproximado da Igreja Católica em Uiraúna/PB



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir do google earth e QGis, 2017

<sup>15</sup> Terreno ainda não urbanizado.

Como mostra a imagem acima, o patrimônio eclesiástico em Uiraúna segundo pesquisa nos próprios relatórios da secretaria paroquial constatado pela autora, revela a Igreja Católica como um dos maiores latifundiários do município, tendo em seu patrimônio, o controle e domínio efetivo da posse das terras ainda remanescente do período colonial e ocupação do território brasileiro.

Ainda de posse de alguns dados, dessa vez quantitativos, foi possível identificar e quantificar esses terrenos adquiridos a partir do século XVIII pelas doações da coroa e das famílias nobres, onde foi encontrado, conforme mostra a Tabela 1, registros no total de 1382 imóveis, inicialmente terrenos, sendo atualmente casas e prédios.

**Tabela 1** - Quantidade de ruas pertencentes ao patrimônio da igreja católica local.

<b>Patrimônio da Paróquia com relação a casas e prédios</b>			
<b>Rua Major José Fernandes</b>	50 imóveis	<b>Travessa Cirilo Barbosa</b>	60 imóveis
<b>Rua Cônego Bernadino</b>	31 imóveis	<b>Rua Sabino Côrrea</b>	20 imóveis
<b>Rua João Pinto</b>	52 imóveis	<b>Rua Monsenhor Constantino</b>	84 imóveis
<b>Reversa Moisés Pinheiro</b>	29 imóveis	<b>Rua Capitão Israel</b>	36 imóveis
<b>Alto Cristo Rei</b>	23 imóveis	<b>Rua Francisco Euclides Fernandes</b>	37 imóveis
<b>Rua Joaquim Duarte</b>	86 imóveis	<b>Rua Silvestre Fernandes</b>	66 imóveis
<b>Rua Euclides Fernandes</b>	32 imóveis	<b>Rua Olimpo Mariano</b>	30 imóveis
<b>Rua Francisco Leão Veloso</b>	130 imóveis	<b>Travessa São Vicente</b>	13 imóveis
<b>Rua Manoel Mariano</b>	77 imóveis	<b>Rua Nossa Senhora de Lourdes</b>	23 imóveis
<b>Rua dois de Dezembro</b>	61 imóveis	<b>Rua Coronel Alexandre Pinto</b>	37 imóveis
<b>Praça Cristo Redentor</b>	21 imóveis	<b>Rua Coronel José Anacleto</b>	26 imóveis
<b>Rua São Sebastião</b>	34 imóveis	<b>Rua João Nonato (I)</b>	23 imóveis
<b>Rua José Vieira Bujary</b>	41 imóveis	<b>Rua Silvestre Claudino</b>	77 imóveis
<b>Rua São Francisco</b>	47 imóveis	<b>Mercado Público</b>	19 imóveis
<b>Rua João Pessoa</b>	20 imóveis	<b>Travessa Francisca Vieira da Costa</b>	10 imóveis
<b>Rua João Batista da Silva</b>	33 imóveis	<b>Rua Tenente Josa</b>	18 imóveis
<b>Rua João Nonato (II)</b>	87 imóveis	<b>Rua Projetada</b>	03 imóveis
<b>Total</b>	1382 prédios/casas		

Fonte: Autoria própria, 2017

Alem desses terrenos que atualmente são todos ocupados por casas ou prédios, sejam eles público ou privados, há ainda um açude o qual não está mais ativo mas faz parte do patrimônio. De todos esses terrenos apenas os prédios públicos não geram renda para a igreja, os demais estão submetidas a taxas, já relatadas ao decorrer do trabalho, sendo uma importante fonte geradora de riqueza para a Igreja.

Há ainda alguns outros patrimônios pertencente a Igreja cuja quantidade e descrição se encontra na tabela 2 abaixo. Vale ressaltar que nesse caso, esses imóveis não geram renda por se tratar de uso da própria instituição religiosa.

**Tabela 2 – Outros patrimônios da Igreja**

<b>Relatório do Patrimônio da Paróquia JMJ</b>	
<b>Prédios</b>	
<b>Casa Paroquial</b>	Além desses citados, há os prédios públicos federal, estadual e municipal.  Obs: Esses prédios não rendem <i>foro</i> ao patrimônio inclusive a Matriz local.
<b>Salão Paroquial</b>	
<b>Garagem ligada ao salão paroquial</b>	
<b>Casa residencial alugada a João Eudes</b>	
<b>Casa onde funciona a escola profissional Lica Claudino</b>	
<b>Uma garagem por trás da casa paroquial</b>	
<b>Dois prédios que servem de depósito vizinho a garagem</b>	
<b>Uma casa onde funciona o museu paroquial</b>	

**Fonte:** Autoria própria segundo dados da Secretaria Paroquial local (2017)

Mediante o que foi discutido pode-se afirmar que na divisão da cidade pela freguesia a igreja estruturava seu espaço de forma bem marcada e delimitada, antecipando desta forma a divisão administrativa na formação dos núcleos urbanos coloniais.

Pela relação e compreensão dos resultados, entende-se que na estruturação e constituição das cidades brasileiras e pelo caráter ideológico dominante da fé cristã, a Igreja Católica contribuiu significativamente para a formação da cidade a medida que doou terras e atraiu assim habitantes para seu redor e delimitou a extensão das áreas em que se conformou o município, tanto que, segundo informações do próprio pároco local todas os limites estabelecidos que norteia a cidade dentro da extensão territorial e municípios adjacentes prevalece até hoje segundo determinação eclesiástica nada mudou, mesmo depois que o município foi emancipado.

Portanto, a influencia da Igreja na configuração do espaço urbano contribuiu não somente em Uiraúna, mas, sobretudo na cidade brasileira, tendo no período colonial e no sistema de sesmaria, elementos jurídicos e culturais que determinaram e moldaram nosso território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração das cidades colônias brasileiras esteve fortemente demarcada pela presença da Igreja Católica, tanto nos aspectos da paisagem urbana, quanto da estrutura fundiária. A participação da igreja foi derivada do forte vínculo que ela estabeleceu com Portugal como empresa dos descobrimentos marítimos, iniciadas nas primeiras décadas do séc. XV.

Foi através da instituição do padroado que esse vínculo se tornou oficial. O padroado, que se caracterizava pela concessão feita pela Igreja Católica a Portugal, da jurisdição espiritual das terras conquistadas fez com que os poderes da coroa portuguesa e igreja se envolvessem num propósito. Nesse sentido, a aliança entre os dois poderes permitiu que a igreja atuasse em distintos campos dentro da estrutura das fundações coloniais sendo o espaço urbano um dos aspectos de forte atuação da igreja.

Dentro desse contexto de poder da igreja, tiveram lugar as ordens religiosas. Segundo Menezes (2014), na Paraíba o papel desempenhado pelas irmandades religiosas foi além do aspecto religioso e social. Do ponto de vista arquitetônico as igrejas foram os elementos focais na malha urbana que se constituía entre os séc. XVII ao XIX. De acordo com Jardim (2014) a localização das igrejas de propriedade das irmandades religiosas proporcionava uma melhor presença espacial bem como a relação com o processo de expansão da cidade desempenhando assim marcos relevantes na configuração urbana das cidades.

Tomando por objeto de estudo o sertão paraibano, pode-se concluir que estes exerceram um papel fundamental no processo de construção das cidades. De acordo com a historicidade local não se tem definido quais ou se apenas uma única ordem religiosa se sobrepôs na conquista dos territórios sertanejos, mas alguns relatos mencionam que o estado paraibano sofreu interferência de cada ordem que aqui se fez presente como os jesuítas, beneditinos, franciscanos e carmelitas, os quais deram sua parcela de contribuição no ensino religioso, educação e desenvolvimento das cidades, tornando-se os principais agentes modeladores e proprietários de terras.

A presença da Igreja Católica tanto no aspecto paisagístico urbano quanto da estrutura fundiária, sistema derivado da relação direta com Portugal mediante os descobrimentos marítimos iniciado nas primeiras décadas do século XV, sempre estiveram fortemente ligadas as cidades coloniais brasileiras. Nesse sentido, a aliança entre esses poderes permitiu que a Igreja atuasse além do contexto religioso, como um agente estruturador do território e



empreendedor nato por excelência, abrindo caminhos para formação e expansão da cidade brasileira.

A implantação das igrejas na área urbana não se deu apenas com o intuito da proximidade a seus fiéis a fim de proteger dos hereges, a sua localização privilegiada, geralmente nos locais mais altos não foi por acaso, as leis eclesiásticas foram muito além das liturgias religiosas, elas tornaram-se definidoras das atividades locais, e dos caminhos da consolidação do cotidiano urbano em muitas cidades coloniais, tendo ainda na contemporaneidade, traços históricos dessa relação.

Na perspectiva do município de Uiraúna, a forma de acesso aos terrenos urbanos era através de um contrato de aforamento, o qual garantia a ambas as partes os respectivos domínio da terra, em contrapartida à cessão das terras a Igreja recebia o foro, constituindo um dos principais rendimentos. É importante ressaltar que a forma do parcelamento e a ocupação do solo na área em estudo podem ser considerados reflexo da organização do espaço físico pelos portugueses onde as práticas e costumes era decorrentes.

Portanto, diante de tudo o que foi discutido, pode-se concluir que a Sagrada Família exerceu um papel imprescindível no processo de fundação e construção da cidade, chegando a constituição de um patrimônio de 1.382 imóveis em posse do clero secular. Desta forma, o patrimônio teve real contribuição na formação do aglomerado urbano, trazendo para a região, fluxo de pessoas, abrindo caminhos para um cenário fundiário remanescente da época da colonização, repletos de significados socioculturais, ideológicos e históricos, que num plano mais amplo, revela características marcantes das cidades nordestinas e sua relação com a Igreja Católica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, W. E. A. **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888** / Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu. Campina Grande, (2011).

ANDRADE, R. C. G. de. **A cidade de Coremas-PB: geografia histórica de uma cidade pequena** / Rita de Cássia Gregório de Andrade. - - João Pessoa: UFPB, (2008). 184 fl. Dissertação (Mestrado).

ANDRADE, A. B. **O papel da igreja como agente de produção do espaço urbano-regional do recôncavo baiano setecentista**. XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Urbana. UERJ. Rio de Janeiro, 2013.

AGENOR S; SILVA J. **“Nas sombras da Cruz”: A Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará (1870-1920)**. Revista Historiar, ano I, n. I (2009).

COSTA, C. C. V. **Livro de Tombo**. 1ª e 2ª Edição. Maio de 1923, volume 1. Uiraúna, Paraíba. (1923 -1925).

\_\_\_\_\_. **Livro de Tombo**. 1ª e 2ª Edição. Março de 1925, volume 2. Uiraúna, Paraíba. (1970 -1984).

CORRÊA, R. L. **Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço urbano: um texto para discussão**. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, (2013).

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, Série Princípios, 3ª edição, n. 174. (Resumo do livro). (1995). p.1-16. Disponível em: > <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Oespaco-urbano.pdf>< Acesso em 01 mai. 2017

FIALHO, A. F. **Leitura sobre a estrutura fundiária para a compreensão da configuração atual do espaço agrário do Nordeste**. (2010). Disponível em: ><http://www.uesb.br/eventos/ixsegeo/arquivos/Leituras/Nordeste.pdf>< Acesso em 22 de abr. 2017

FRIDMAN, F.; MACEDO, V. **A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial**. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 1, n. 1. (20??). Disponível em: ><http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635109><. Acesso em: 23 dez. 2016.

GAZETA DO VALE. **Municípios que formam o Vale do Rio do Peixe.** (2013). Disponível em: ><http://www.gazetadovale.com/2013/02/os-municipios-que-forma-o-vale-rio-do.html>< Acesso em 30 abr. 2017.

GERMANI, G. I. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro.** Salvador. GeoTextos, n. 2. vol. 2. (2006). pp 115-147.

GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B. da. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (1997).

JOSÉ, Octávio de A. melo; GONZAGA, Rodrigues. **Paraíba Conquista, Patrimônio e Povo.** 2ª Edição. João Pessoa. Edições Grafset. (1993). pg 51, 64.

MARIZ, M. S.; SUASSUNA, L. E. B. **História do Rio Grande do Norte.** 2ª Ed. Revisada, Natal, (2005).

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, Terra de quem?** São Paulo: Edusp/Nobel, (1991).

\_\_\_\_\_. **Cidade no Brasil: em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 2. ed. São Paulo: LECH, (1981).

MENESES. M. S. **O processo de demolição e demonte das irmandades religiosas na cidade da Parahyba (1923-1935): O caso das Mercês.** 165 f. Dissertação. UFPB/CT. João Pessoa. (2014).

OLIVEIRA, W. P. de. **Diagnóstico ambiental no açude do Arrojado e sua bacia de drenagem – Uiraúna – PB./** Wellington Padua de Oliveira. Cajazeiras, (2014).

PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAUNA. **Cinquentenário de Uirauna.** 1ª Edição, pg 1-2. (2003)

\_\_\_\_\_. **130 anos da Pedra Fundamental da Igreja Jesus Maria e José.** 2ª Edição. pg 11-13. (2004)

PICCINATO, D. J; SALGADO, I. (2012). **Terra Urbana**: a relação das instituições religiosas e pública no controle do patrimônio fundiário original da cidade de Buritizal/SP. Cadernos PROAQ 18.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: fapesp, Studio Nobel, Coleção Cidade Aberta. (pg.21-22). (1997)

SOBARZO MIÑO, O. A. **Os Espaços da sociabilidade segmentada : a produção do espaço público em Presidente Prudente**. – Presidente Prudente : [s.n.], 2004. 221 f.. Tese (Doutorado em Geografia) – UEP, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

UCHOA, G. **Taxa é cobrada desde 1831 para terrenos da marinha**. (2015). Disponível:<http://www.revistanordeste.com.br/noticia/brasil/materia+exclusiva+taxa+e+cobrada+desde+1831+para+terrenos+de+marinha-9932>< Acesso em 30 abr. 2017

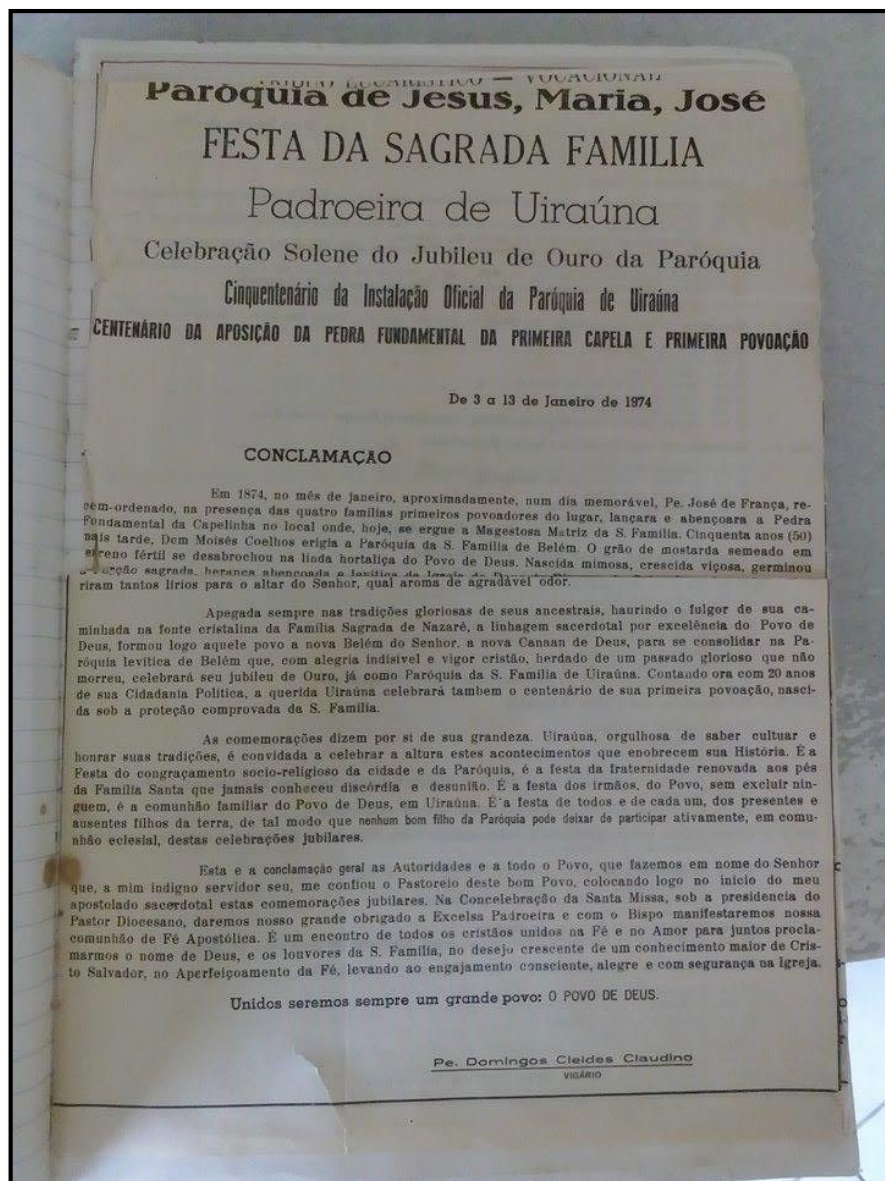
VASCONCELOS. P. A. Os agentes modeladores de salvador no período Colonial. Revista de Desenvolvimento Econômico. Unifacs, (2010).

TEIXEIRA, R. B. **Da cidade de Deus á cidade dos homens**. Natal: EDUFRN, (2009).

# APÊNDICES

## APÊNDICE “A”

DOCUMENTOS HISTÓRICOS REVELANDO A IGREJA COMO PEDRA  
FUNDAMENTAL DO SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA.



## APÊNDICE "B"

## DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO DA IGREJA CATÓLICA

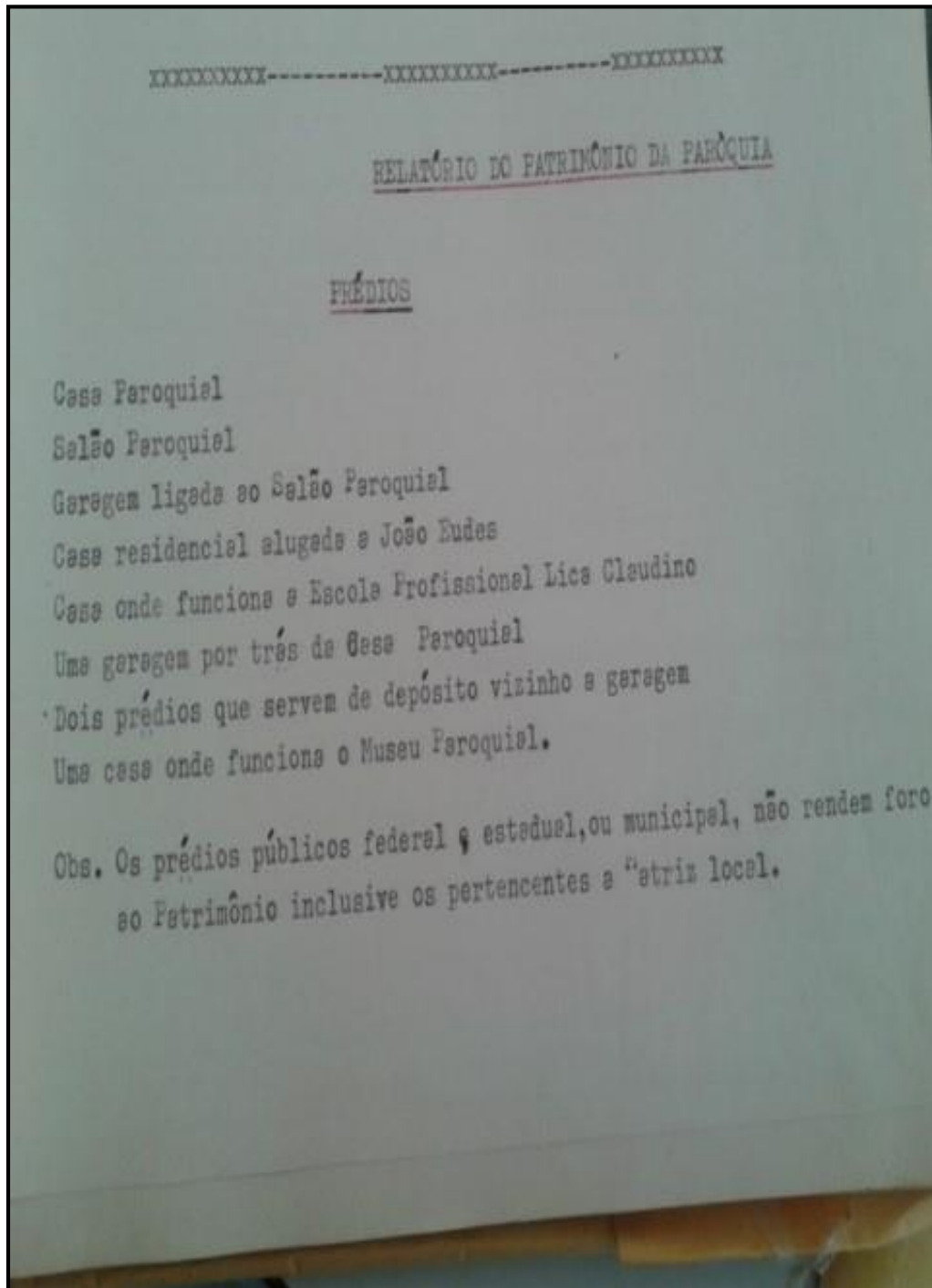
PAROQUIA J. M. J.		TERRENS ARRENDADOS
UIRAUNA - PARAIBA		PATRIMÔNIO DA MATRIZ J.M.J.
1 - Tertulino Leite Rolim	1 terefa e 3/4	
2 - Conegundes Ferreira da Silva	1 terefa e 3/4	
3 - Francisco Ribeiro de Sousa	1 terefa e 1/2	
4 - José Inácio de Almeida	4 terefas	
5 - José da Silva Silveira	2 terefas	
6 - Raimundo José Ferreira	1 terefa e 1/2	
7 - Ananias Alves de Figueiredo	2 terefas	
8 - Osório Vieira da Silva	3 terefas	
9 - Dr Manoel Nogueira Neto	2 terefas e 1/2	
10 - José Odéc Fernandes	2 terefas	
11 - Francisco Alves Pereira	3 terefas	
12 - Manoel Geraldo Fernandes	6 terefas	
13 - Espedito Matias	2 terefas e 1/2	
14 - Antonio Matias	1 terefa e 1/2	
15 - Moisés Luiz de Andrade	1 terefa e 1/2	
16 - Amadeu Fernandes Bezerra	2 terefas e 1/2	
17 - Luiz Alexandre de Santana	1 terefa	
18 - Epitácio Fernandes de Quirico	2 terefas	
19 - José Guslberto Filho	2 terefas	
20 - Raimundo Deniel Duarte	2 terefas e mais	
21 - Dr. Manoel Nogueira Neto	2 terefas	
22 - Maria Augusta Fernandes	1 terefa	
23 - Maria Inês Fernandes	2 terefas e 1/2	
24 - Simão Gomes	2 terefas	
25 - Raimundo Renato Filho	8 terefas	
26 - Espedito Fernandes	1 terefa e 1/2	
27 - José Guslberto Filho	555 quadrantes	
28 - Francisco Moreira Gonçalves	500 quadrantes	
29 - Antonio Assencio Neto	Uma gleba	

Obserções:

- 1- O terreno da beira do açude inclui a represa e terra do cercado, tudo está arrendado - 64 terefas.
- 2- O terreno do Patrimônio excluindo o açude, está dividido em 908 lotes, totalizando 27.798 palmos.

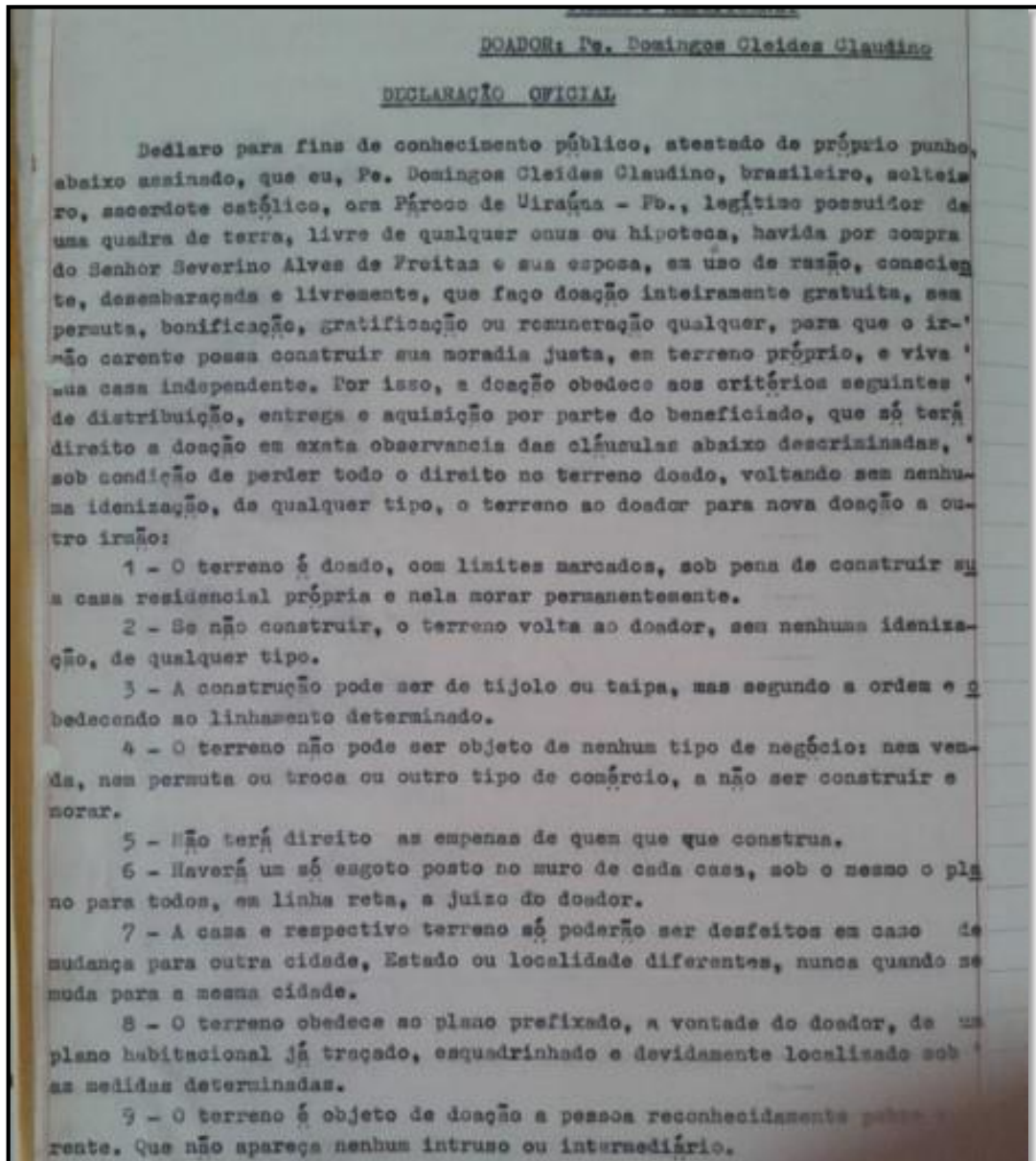
Este relatório foi feito pelo procurador e uma cópia do mesmo, se encontra arquivado assinado por ele e quatro (4) testemunhas.

## APÊNDICE "B"

CONTINUAÇÃO DA DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO DA IGREJA  
CATÓLICA

## APÊNDICE "C"

### CARTA DE DOAÇÃO DE UM TERRENO AFORADO A UM FIEL PELO PADRE LOCAL, Pe. DOMINGOS CLEIDE





## APÊNDICE "D"

### CARTA QUE REVELA ALGUNS DOS PRINCIPAIS LIMITES DO MUNICÍPIO DETERMINADO PELA IGREJA CATÓLICA

#### SITUAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA PARAIBA

A atual Paróquia da Sagrada Família de Uiraúna-PB., ocupa todo território do Município de Uiraúna e mais Território das Capelas de Serra Branca, Campo Alegre e sítios adjacentes do Município de Sousa-PB., pelo que os seus limites se diferenciam dos do Município de Uiraúna, de igual maneira que sua situação se diferencia da do Município, como se pode constatar do relato sobre sua criação, com a configuração seguinte: ao Norte: com as Paróquias de Luis Gomes, São Miguel e Tenente Anenias.

Ao Sul: com a Paróquia de Antenor Naveiro.

Ao Leste: com as Paróquias de Sousa ( N. Sra. dos Remédios e Lastro.

Ao Oeste: com as Paróquias de Icó e Triunfo.

Número atual de Capelas:

1 - Capelas Urbanas: N. Sra de Lourdes, Cristo Rei, São José e a Capela privada de N. Sra do Perpetuo Socorro.

2 - Capelas Rurais: São João Bosco, Piabas, Poço Dantas, Fazenda Nova, Areias, Montanha, Vszante, Aparecida, Serra Branca, Campo Alegre, Quixaba e Moça Branca.

Observação: A situação histórica ficou delimitada e descrita nos itens sobre a origem e criação da Paróquia e nos flechas sobre o movimento religioso.

# ANEXOS


## ANEXO "A"

### CARTA DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA PELO Dr. OSWALDO CASCUDO

SALVE! SALVE!

**UIRAÚNA**

LIVRE!



VIVA O

**P. S. D.**

**PIONEIRO**

DA SUA LIBERDADE

---

**MEUS AMIGOS DE UIRAÚNA.**

Tenho grande prazer de vos trazer a mais alvicaireira de todas as notícias. A vossa e a minha querida UIRAÚNA, não é mais escrava. A Assembleia, por sua maioria atendeu o nosso apelo, os nossos justos reclamos. UIRAÚNA é liberta.

Do boudoir deste avião, de tanto entusiasmo, meu coração palpita como o vosso. Sei que a vossa vibração é tão grande, que parece mesmo arroubos de loucura. No entanto, aconselho moderação e calma, para que não haja excessos nas manifestações de regosijo, e para que todos os habitantes de UIRAÚNA possam participar dessa alegria, que não deve ser de um só ou de um grupo, mas, de todos, sem distinção de Partidos, mesmo daqueles que por incompreensão, eram contrários ao nobre ideal de libertação de sua Terra: mesmo daqueles que, pessimistas e agoureiros, não queriam acreditar no nosso esforço, mesmo vendo-o; no prestígio dos nossos amigos, mesmo sentindo-o; e na força do nosso glorioso Partido Social Democrático, que não podem negar.

Terminou a minha luta de 14 anos. Desde que aqui cheguei, jurei que jamais recuariana nobre batalha da vossa liberdade! Com vitórias ou derrotas, continuaria pelejando até a vitória final. E se não fosse a minha eterna rebeldia, a minha constante teimosia, apoiadas sempre pelo vosso entusiasmo, a UIRAÚNA teria ficado só em sonho, teria sido um mito ou um "luxo" mesmo, como já havia dito alguém. Mas, aí está, e eu aqui do alto, vos felicito, povo livre e bom de UIRAÚNA.

Adeus! Regresso a João Pessoa.

*DR. OSWALDO CASCUDO*

## ANEXO "B"

## DECRETO ESTADUAL SOBRE A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO



GOVÉRNO DA PARAÍBA

LEI N. 972, de 2 de dezembro de 1953.

Cria o município de Uiraúna, a Comarca de igual nome e da outras providências.

**O Governador do Estado da Paraíba,**

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o município de Uiraúna, com séde na atual vila do mesmo nome, elevada à categoria de cidade.

Art. 2º - O município de Uiraúna constituído pelos territórios do distrito do mesmo nome e de parte do de Poço Dantas, passará a ter os seguintes limites:

A Oeste: com o Estado do Ceará;

Ao Norte: com o Estado do Rio Grande do Norte;

A Leste: com os limites atuais do município de

Souza;

Ao Sul: partindo dos limites com o município de Souza, seguirá observando o pender das águas da serra da "Quixaba" até alcançar a extremidade oeste da mesma serra, donde avançará em linha reta para o serrote do "Bronzeado", daí seguirá ainda em linha reta, passando por sobre o serrote do "Cabeço", até alcançar os limites com o Estado do Ceará, ressalvada, porém, a propriedade agro-pastoril denominada "Rio do Peixe" pertencente à família dos Pinto, que integrará o município de Uiraúna.

Parágrafo único - VETADO.

Art. 3º - Enquanto não se verificarem as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores do município de Uiraúna, o Poder Executivo dêste será exercido por um Prefeito nomeado pelo Governador do Estado, o qual, além das atribuições próprias do cargo, poderá elaborar o orçamento e expedir decretos-leis "ad-referendum" da Câmara Municipal.